

## **RELATÓRIO 2**

### **ESTUDOS BÁSICOS**

VOLUME I - REFERENCIAL TEÓRICO

REVISÃO 01



SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO



**GT**  
grupo técnico de apoio





**Contrato N° 41/2009**

**Processo Administrativo N° 1411090008637**

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - SEDUR**

**"Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do  
Estado da Bahia"**

**RELATÓRIO R2 – VOLUME I**

**Tomo Único**

**Julho / 2012**

**REV. 01**

1	Julho / 2012	Revisão		CQ		
0	Abril / 2012	Emissão Inicial		CQ		
Nº	DATA	DESCRIÇÃO	POR	APROV.	DATA	APROV.
			GTA		SEDUR	
REVISÕES						



## 1. Apresentação

Prezados Senhores(as),

O Grupo Técnico de Apoio - GTA apresenta por meio deste documento o **Relatório R2 – Estudos Básicos**, parte integrante da prestação de serviços para a ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA.

O presente relatório segue estruturado da seguinte forma:

**VOLUME I – REFERENCIAL TEÓRICO**

VOLUME II – CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

VOLUME III – CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

VOLUME IV – RELATO DAS OFICINAS TEMÁTICAS

O *Volume I – Referencial Teórico*, objeto deste Relatório, define as diretrizes conceituais e principais bases de dados a serem empregadas na elaboração do diagnóstico habitacional do Estado da Bahia, assim como na posterior definição das linhas programáticas a serem implementadas.

São Paulo, 05 de julho de 2012.

**Arq. Adelmo Bassi Junior**

Representante Legal

GTA – Grupo Técnico de Apoio

Rua Sebastião Velho, nº 202  
Pinheiros – São Paulo – SP

## Índice

<b>1. Apresentação .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>3. Referencial Teórico .....</b>	<b>9</b>
3.1 Análise Ambiental: Política Habitacional num Contexto Socioambiental.....	9
3.2 Sustentabilidade Urbana .....	13
3.3 Urbanização no Brasil e Expansão das Cidades.....	15
3.4 O Espaço Urbano e a Teoria das Centralidades.....	18
3.5 Os Espaços Urbanos e Rurais.....	21
3.6 Conceito de Território .....	24
3.7 Territórios Rurais Como Unidade de Planejamento das Políticas Públicas....	26
3.8 Comunidades Tradicionais .....	26
3.8.1 Comunidades Indígenas.....	30
3.8.2 Comunidades Quilombolas .....	39
3.8.3 Outras Comunidades Tradicionais.....	53
3.9 Parâmetros para o Diagnóstico Socioeconômico .....	56
3.9.1 Índice de Exclusão Social .....	57
3.9.2 Índices Estaduais Elaborados pela SEI-BA .....	59
3.10 Carência Habitacional .....	62
3.10.1 Aspectos Conceituais Básicos.....	62
3.10.2 Déficit Habitacional .....	63
3.10.3 Inadequação de Domicílios.....	64
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
3.11 Bibliografia Consultada .....	71
<b>Equipe Técnica .....</b>	<b>72</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa: territórios de identidade no Estado da Bahia. ....	25
Figura 2 - Mapa: municípios onde há presença Comunidades Indígenas. ....	39
Figura 3 - Mapa: municípios onde há presença de Comunidades Quilombolas. ....	52
Figura 4 - Mapa: manchas extremas da exclusão social no Brasil. ....	58

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Incidência da população em extrema pobreza no Brasil e nas grandes regiões, segundo situação do domicílio, em 2010.....	59
---	----



## Índice de Quadros

Quadro 1 - População indígena nos territórios identidade da Bahia. ....	38
Quadro 2 - Comunidades quilombolas por municípios e territórios de identidade na Bahia.....	45
Quadro 3 - Áreas de fundo de pasto identificadas por município e território de identidade. ....	55
Quadro 4 – Comunidades pesqueiras por município e território de identidade. ....	56

## Siglas e Abreviaturas

ANAI – Associação Nacional de Ação Indigenista

CESPCT – Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (Bahia)

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

IES – Índice de Exclusão Social

INE – Índice do Nível de Educação

INF – Índice de Infraestrutura

INS – Índice do Nível de Saúde

IPM – Índice do Produto Municipal

IQM – Índice de Qualificação da Mão-de-obra

IRMCH – Índice da Renda Média dos Chefes de Família

ISB – Índice dos Serviços Básicos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PINEB – Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFBA – Universidade Federal da Bahia

## 2. Introdução

Para compreender as carências habitacionais no estado é necessário olhar detidamente os diversos segmentos que compõem sua realidade e rede urbana: aspectos socioeconômicos, ambientais e institucionais. Ao mesmo tempo, também é necessário reconstituir conceitualmente elementos do processo de trabalho, em curso. É somente através da recuperação conceitual dos problemas que envolvem a elaboração do diagnóstico habitacional que se torna possível analisar todos os ângulos que a desigualdade cria e reproduz, partes de um espaço que se mostra desigual e que é socialmente reproduzido.

É preciso situar a realidade baiana dentro do contexto nacional e regional, destacando suas especificidades e, na sequência, detalhar os seus componentes internos, em uma perspectiva de aproximação sucessiva da realidade, para compor o diagnóstico habitacional.

As dimensões clássicas de desigualdade - distribuição de renda entre indivíduos e grupos de indivíduos - sobrepõem-se aos graves desequilíbrios entre os espaços territoriais das macrorregiões do país como também ao interior de subespaços: regiões metropolitanas, aglomerados urbanos, cidades médias e microrregiões. As situações de inclusão/exclusão social não podem ser vistas como contextos homogêneos, uma vez que abarcam dimensões de desigualdade e de carência extremamente variadas. Essas situações se associam a diversos fatores entre eles os étnicos, de sociabilidade primária (arranjos familiares), espaciais (periferia, subúrbio, favela) e se manifestam por meio de formas distintas de privação: de emprego, de moradia, de saúde, de educação, de infraestrutura, de acesso à terra. Quanto maior o número de carências associadas, mais profundo é o processo de exclusão social. No processo de elaboração do diagnóstico, o desafio colocado é o de se produzir indicadores que reflitam a realidade respeitando a heterogeneidade dos espaços analisados, lócus em que a pobreza e desigualdade assumem contornos e dinâmicas diferenciadas.

No caso específico do Estado da Bahia, objeto deste estudo, o corte metodológico exige o conhecimento do habitat da população urbana e rural e a identificação das

carências existentes, para as elaborações técnico-propositivas realistas em relação às condições habitacionais. Dito de outra forma, - o que se procura é o entendimento das relações entre o desenvolvimento das atividades humanas e seus efeitos sobre a economia, a sociedade, o meio ambiente, e as relações existentes entre o aparato do estado e, entre esses e a sociedade.

Não é só a casa que falta, mas também o direito à cidade. Ou seja, é preciso uma política de inclusão que atenda à demanda diversificada, um projeto de longo prazo que ofereça, ao menos, moradia e saneamento para quem mora de modo precário ou inadequado - principalmente em determinados perímetros, como em situações emergenciais ou de risco - e diferentes programas para variadas frações segundo a renda familiar e a per capita, a localização da demanda ou a composição familiar. Os programas devem procurar superar os traços dominantes das políticas tradicionais, ou seja, a centralização e a rigidez, e adequar-se às várias comunidades por meio de parcerias com a população, com as associações, cooperativas, sindicatos, com outras instituições civis, ou instituições regionais.

A irregularidade fundiária e da construção, a falta de salubridade, de condições de saneamento e de infraestrutura urbana e o congestionamento excessivo na moradia exigem abordagens específicas e representam amplo campo para programas alternativos.

## 3. Referencial Teórico

### 3.1 Análise Ambiental: Política Habitacional num Contexto Socioambiental

As cidades, nas últimas décadas, tornaram-se objeto de estudo e preocupação de diversas áreas científicas e o fenômeno urbano passou a ser discutido numa abordagem multidisciplinar. A gestão urbana e as estratégias para realizá-la mobilizam instituições: governo e sociedade civil, que procuram alinhar o gerenciamento urbano e a sustentabilidade ambiental para pensar o desenvolvimento.

Uma gestão participativa compartilhada das cidades pretende alcançar o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade foi uma terminologia disseminada a partir da Declaração de Estocolmo (ONU, 1972) e do Relatório Brundtland (ONU, 1987), propondo a satisfação das necessidades presentes sem comprometer o usufruto das gerações futuras. Ambos os documentos das Nações Unidas foram apresentados como alternativa aos problemas do desenvolvimento urbano-industrial existentes.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, houve a consagração do termo “desenvolvimento sustentável” como um novo padrão da política de desenvolvimento e meio ambiente, reconhecendo a existência de uma crise ambiental em escala planetária e apresentando propostas para conciliação entre a crítica ambiental e a sociedade industrial. Segundo a Agenda 21 (ONU, 1992), os indivíduos deveriam tomar consciência sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham na sociedade e deveriam se comprometer com a construção de nosso futuro. Portanto, todos, sociedade e governo, estariam compartilhando a responsabilidade pelas decisões e essa agregação facilitaria a implementação do novo modelo de desenvolvimento.

O processo teve a definição de seis temas relevantes: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infraestrutura e integração regional, gestão de recursos naturais, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Esses temas nortearam as discussões posteriores que passaram a acontecer em todo o Brasil.

Todos os países signatários da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92 e dos documentos e declarações de conferências subsequentes assumiram o compromisso e o desafio de internalizar, nas políticas públicas de seus países, as noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. No Brasil, o documento Agenda 21 Brasileira (NOVAES et al., 2000), constitui a base para discussão e integra diversas diretrizes para o país se aproximar da tão sonhada sustentabilidade.

O modelo proposto pretende ser capaz de minimizar os efeitos da destruição do ambiente. Entretanto, segundo Meadows (Apud LOUREIRO, 2003, p. 26) sempre serão assustadores os resultados da associação dos cinco elementos: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição. Todos esses fatores estão intimamente ligados com as cidades e o crescimento urbano ou revolução urbana; portanto, essa ligação determina uma crescente preocupação com a gestão urbana e a sustentabilidade do ambiente.

Assim, pode-se enfatizar a gestão sustentável da cidade por meio da cidade como um ambiente e um lugar dos homens e das relações sociais nas quais estão inseridos. A definição de ambiente que leva-se em conta é um espaço de relacionamento metabólico, físico, biológico, químico e acima de tudo, humano e cultural. Portanto, a nossa análise ambiental contém não somente os ambientes naturais, flora, hidrografia, geologia, mananciais, áreas de preservação, como também está permeada pelos atores sociais: população, comunidades tradicionais e indígenas.

Depara-se com uma análise complexa e macroespacial, na qual o ambiente é natural, artificial e cultural e deve ser compreendido e analisado como um todo. Da mesma forma que é difícil discernir entre o campo e a cidade, rural e urbano (SILVA, 2002), também o é entre ambiente natural e artificial. Partindo daí, o que se propõe é um processo de gerenciamento integrado e sustentável de todos os ambientes

supracitados. Entretanto, pode-se tomar as cidades como pontos de partida para a busca de ambientes sustentáveis, por ser o maior lugar de concentração humana, herança do capitalismo, lócus da produção e do consumo.

São enormes os desafios para tornar as cidades brasileiras sustentáveis. O processo de expansão urbana das últimas décadas, ocasionado por um intenso êxodo rural, somado às disparidades regionais de renda, provocou uma ocupação desordenada, principalmente pelas populações de baixa renda migrantes que se viram totalmente carentes de infraestrutura (abastecimento de água, habitação, saneamento, saúde, drenagem, limpeza urbana, segurança, lazer, etc.). Depara-se, portanto, com uma necessidade de reforma urbana, centrada na melhoria da qualidade de vida das populações e na recuperação do ambiente natural. São muitas as prioridades, entre elas estão: solucionar os problemas de impermeabilização do solo, ocupação indevida em fundos de vales, áreas de nascentes e mananciais; reformular o sistema de limpeza pública e destino dos resíduos industriais, de abastecimento de água e saneamento básico; e disponibilizar novas moradias para os habitantes das cidades.

Inserida nesse contexto urbano está a política habitacional, que procura solucionar o problema da carência habitacional sob uma abordagem socioambiental. Busca-se, portanto, vencer o desafio de construir uma sustentabilidade socioambiental, solucionando problemas das populações sem comprometer e mesmo recuperando o meio ambiente.

As moradias são um elemento extremamente importante para a qualidade de vida da população, e nesses locais, os habitantes de uma cidade deveriam ter acesso à água, necessidade básica do homem, e esgoto. O destino dos esgotos domésticos e resíduos sólidos têm importância relevante no meio urbano e a carência desses serviços significa o aumento de índices de mortalidade e de doenças infecciosas. No entanto, como nem todos os domicílios dispõem desses serviços de infraestrutura básica, trata-se de, além de planejar novos assentamentos, complementar as infraestruturas necessárias para a regularização de assentamentos precários.

Com o processo de privatização dos serviços de água e esgoto, o acesso aos mesmos tornou-se ainda mais difícil para a população de baixa renda. E do esgoto doméstico coletado, menos de 5% recebem alguma forma de tratamento, e o restante é despejado *in natura* nos cursos d'água. Os resíduos domésticos também constituem um sério problema, uma vez que cerca de 20% do lixo não é coletado e, dentre os 80% que o são, 50% vão para lixões a céu aberto, locais inadequados para seu depósito. Todos esses agentes acarretam grande impacto sobre a saúde da população.

Nesse contexto, a regularização urbano-ambiental possui dois objetivos integrados: promover a recuperação da qualidade ambiental e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida, e promover a justiça social. Esta, por sua vez, engloba duas dimensões do direito, também vinculadas às condições de vida urbana e de qualidade de moradia: igualdade e diferença. Assim, todo cidadão tem direito à cidade, à moradia digna e ambientalmente saudável e também respeito à produção cultural e social.

Essa complexa situação do ambiente urbano contemporâneo, com cidades que ainda não possuem uma universalização do saneamento ambiental, requer um grande número de ações inovadoras e de educação ambiental a fim de se adotar um viés socioambiental. Trata-se de viabilizar assentamentos, melhorar o fornecimento de água, com análises mais detalhadas dos recursos hídricos disponíveis com obras de recuperação ambiental e adequação urbana.

Em regiões do Estado da Bahia, geralmente nas áreas rurais, encontram-se comunidades tradicionais de sertanejos, crioulos, pescadores, populações indígenas e quilombolas (RIBEIRO, 2006). Essas populações necessitam de políticas específicas de moradia integradas aos planos de manejo das unidades de conservação e ou interesse ambiental.

No interior do Estado da Bahia, a falta de acesso à água, principalmente potável, em decorrência de grande parcela da região estar concentrada no polígono das secas, cujo clima é semiárido, a concentração fundiária, as políticas públicas ineficientes e a estagnação tecnológica da agricultura repelem as populações sertanejas para os centros urbanos. O acesso aos serviços básicos é extremamente precário,



principalmente no meio rural, corroborando para a precariedade da vida da população local, sendo díspares as condições entre os moradores rurais e urbanos, no que tange ao destino dos investimentos no estado. Portanto, o fluxo migratório campo–cidade constitui a única possibilidade do homem do campo ter acesso ao saneamento básico. Esse fluxo poderia se estagnar, caso houvesse garantia de acesso à água e apoio técnico para uma agropecuária sustentável.

O processo de desertificação, isto é, o aumento da área do polígono das secas, tem acarretado graves prejuízos ambientais. O desmatamento, desde períodos da colonização, somado à compactação do solo pela pecuária bovina, tem acarretado danos irreparáveis ao domínio morfoclimático da caatinga.

Já as características físicas completamente diversas no litoral desenharam uma ocupação intensa e distinta. Cidades médias e grandes ocupam essa faixa de terra e alguns dos problemas ambientais relevantes associam-se ao desmatamento, poluição dos rios e córregos, poluição das praias e a ocupação indiscriminada e desordenada do turismo. O comprometimento do ambiente com a população local, sob graves riscos sanitários, e até oferecendo riscos para o futuro das atividades turísticas, é evidente e requer assistência e investimentos específicos.

A inclusão destas demandas específicas na Política Habitacional é uma forma de prevenir o deslocamento de populações para as maiores cidades, com o adensamento de favelas e aumento das situações de risco urbano. É também uma forma socialmente justa de tratar a questão ambiental, enquanto um eixo transversal na discussão destas políticas públicas.

### **3.2 Sustentabilidade Urbana**

No estado baiano, as ocupações urbanas se caracterizaram de forma não sustentável por muitos anos, pois as formações geográficas de cada região influenciam a má formação urbana historicamente caracterizada, que inegavelmente, ficou predestinada às populações de baixa renda, que de forma oportunista ocuparam essas áreas à margem dos olhares públicos e da sociedade. O resultado dessas desigualdades

sociais e as implicações socioambientais reproduzem uma fragilidade urbana e ambiental, pois as ocupações indiscriminadas fragilizam a valorização urbana desses novos locais urbanizados de forma indiscriminada.

Um exemplo prático de ocupação desordenada localiza-se nas regiões litorâneas: as áreas de manguezais, morros com presença de Mata Atlântica e áreas alagáveis sempre foram os locais disponíveis para ocupação pela população de baixa renda, em virtude da ineficácia do poder público local em fiscalizar essas áreas públicas e as áreas ambientalmente protegidas pela Legislação Federal. Os demais biomas sofrem com mesmo problema de forma semelhante, pois áreas de topos e encostas de morro, e de margens de rios, onde não há ocupação legal, ou seja, desprovidas de titulação em que os futuros ocupantes não sofram retaliações, são as áreas mais ocupadas pela população de baixa renda. Isso ocorre em virtude da ineficácia do poder público local de por em prática a legislação pertinente ao uso e ocupação do solo, da proteção ao meio ambiente e da prática política de desenvolvimento local e regional.

O resultado negativo ocasionado pela ausência da ação pública nessas questões proporciona a criação dos bolsões de miséria e criação de regiões periféricas que, mesmo depois de consolidadas, são tratadas de forma extrínseca pela sociedade e pelo poder público local.

A maneira de regular as ações existentes e as ações novas de política de habitação é a através das ações multidisciplinares, por meio dos atores sociais formadores de opinião e dos profissionais especializados em diversas áreas: Social, Antropológica, Normativas, Ambiental, etc.

Um dos focos de trabalho a ser utilizado dentro dessa miscelânea profissional e regulatória é o conceito do Desenvolvimento Sustentável e da Sustentabilidade Ambiental. Esta pode partir de um conceito simplificado, onde se desenvolve o presente para garantir o futuro. E a melhor referência de futuro são as próximas gerações.

De acordo com as ações propostas, o Desenvolvimento Sustentável tem como ferramenta primordial a Gestão Ambiental. Esta se inicia quando se promovem adaptações ou modificações no ambiente natural, de forma a adequá-lo às

necessidades individuais e coletivas, gerando dessa forma o ambiente urbano nas suas diversas variedades de conformação e escala, (PHILIPPI JR. et al., 2004).

A forma de abordagem mais precisa para os casos de Plano de Habitação é a criação de uma Gestão Urbana Consciente. É a través da conscientização que se pode conhecer todas as variáveis que compõem a realidade das cidades e a tomada desse conhecimento torna-se parte da solução do problema: “conhecer procede o agir”.

Frisando que, uma vez conhecido o problema e as variáveis ambientais afetadas pelo ambiente urbano e pelos seus processos de expansão, o próximo aspecto que se coloca é a necessidade de enfrentar, de forma multidisciplinar, os impactos a serem produzidos. Se os problemas se identificarem de forma complexa, em razão das inter-relações entre eles, não há como resolvê-los de forma isolada ou concentrar a abordagem em um único tipo de conhecimento, abrangido por um profissional de formação específica e neste ponto onde se destaca a utilização de equipe e ações multidisciplinares, (PHILIPPI JR. et al., 2004).

### **3.3 Urbanização no Brasil e Expansão das Cidades**

Apesar de a experiência regional brasileira ter sido um processo iniciado já nos anos 1930, o planejamento em nível nacional passou a ser praticado somente a partir dos anos 1950, e mais intensamente a partir dos anos 1960. Desde então, foram várias as experiências desenvolvidas em programas tanto do governo federal quanto dos governos estaduais. Por essas peculiaridades, os estudos regionais de modo geral estão associados ao exame da rede urbana, que é aceita como elemento propulsor de seu desenvolvimento, apesar dos questionamentos atuais acerca do próprio conceito de desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de identificar as funções específicas de cada cidade envolvida e as relações estabelecidas entre elas, como também a emergência das cidades-polos ou, em período recente, de especialidades e competências locais.

O processo de urbanização no Brasil, iniciado nos anos 1950, é fortemente desigual, refletindo a heterogeneidade estrutural inerente ao processo de desenvolvimento do

país, inserindo-se em um contexto mais amplo de transformações da sociedade: modificaram-se a dinâmica das cidades e o processo de urbanização.

A situação econômica e social desfavorável ao Nordeste agravou-se no final dos anos 1950, em decorrência da grande seca de 1958. Em 1959, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, no ano seguinte, a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. A atuação do órgão redefiniu o crescimento da região, conduzindo-a a uma nova fase no processo de desenvolvimento e acumulação de riqueza. Conforme reconstitui BARROS (1987: p. 119):

A solução do problema não estaria na oferta de água, mas sim num conjunto mais amplo de medidas que assegurassem o desenvolvimento econômico da região como um todo, tornando-a, assim, menos dependente das variações de precipitação pluviométrica.

O fato é que a urbanização brasileira se expandiu muito rapidamente, a partir da década de 1970, com grande concentração nas áreas metropolitanas e uma contínua intervenção do Estado, com o objetivo de criar as condições materiais para a expansão capitalista. Dessa política e de seus efeitos resulta que a urbanização e a industrialização sejam usadas quase sempre como palavras sinônimas, quando na verdade não o são. No caso brasileiro, porém, é inegável que pensar o espaço regional implique pensar também a formação da rede urbana do país e o processo de industrialização.

O espaço regional brasileiro, segundo Santos (2000) (apud GEIGER, 2001: 1749), compreendia dois sistemas hierarquizados de “regiões polarizadas” e “regiões homogêneas”, divisão estreitamente vinculada a uma cultura agromercantil e ao meio técnico, hegemônico no Brasil de 1850 a 1950.

No caso da polarização, a metodologia se fundamentava, muito, na teoria da centralidade, na distribuição de bens e serviços para o consumo final da população. No caso da homogeneidade, ela consistia, basicamente, em registrar a distribuição de população e atividades, áreas de acumulação que, em parte, são heranças históricas antigas. (Santos, 2000, apud GEIGER, 2001: 1749)

A ação do Estado na regionalização do país historicamente foi incorporando novas temáticas, tais como as questões metropolitanas emergentes e os eixos de desenvolvimento.

A política urbana brasileira, a partir da década de 1960, viabilizou-se através do Banco Nacional de Habitação e no Sistema Financeiro de Habitação, tendo como importantes fontes de financiamento o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Caderneta de Poupança voluntária, principais fontes para uma série de investimentos em estruturas urbanas. No início dos anos 1970, com o fim do “milagre econômico”, o governo federal institucionalizou a política pública e a implantação do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, que definiu a descentralização do eixo Rio - São Paulo, já sobrecarregado por frequentes fluxos migratórios. Além da criação das nove regiões metropolitanas, o Governo Federal definiu a habitação popular como política social prioritária.

A instrumentalização do governo para a implantação dessas políticas deu-se a partir da criação da Comissão Nacional de Áreas Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), em 1974, e sua substituição pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), em 1979. Vários dos recursos foram aplicados na tentativa de modernizar regiões periféricas, em especial a região Nordeste. A formulação dessas políticas tinha como pressuposto básico a disseminação do desenvolvimento a partir de centros polarizadores.

O conceito de cidade-polo nasceu da constatação de que o crescimento econômico não se propaga por todo o território de um país, ou de suas várias regiões, mas sim, ocorre primeiro em determinadas cidades e, posteriormente, transmite-se às demais cidades, que são interdependentes. A cidade de maior importância passa a ser chamada “polo regional”.

Assim, de maneira crescente, tornou-se comum o registro de expressões tais como regiões metropolitanas, polos de desenvolvimento, eixos de desenvolvimento e outras associadas a unidades regionais, que “passaram a ser categorizadas como organizações decorrentes do processo social.” (GEIGER, 2001: 1749).

### 3.4 O Espaço Urbano e a Teoria das Centralidades

Na versão mais atual da caracterização da rede urbana no Brasil, privilegiou-se a função de gestão do território, considerando que:

Centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas. (CORRÊA, 1995, p. 83).

A partir desse conceito, foram identificados e hierarquizados os núcleos de gestão de territórios. Foram realizados estudos complementares enfocando diferentes equipamentos de comércio e de serviços e, na etapa seguinte, as ligações entre as cidades.

Os seguintes critérios merecem destaque:

- Equipamentos e serviço
- Comércio e serviços
- Instituições financeiras
- Ensino Superior
- Saúde
- Nível de complexidade do atendimento
- Tamanho do setor (número de atendimentos)
- Internet
- Redes de Televisão Aberta
- Conexões aéreas
- Regiões de Influência
- Ligações entre os centros de gestão
- Ligação dos demais municípios
- Deslocamentos para compras
- Lazer
- Intensidade do relacionamento empresarial.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e dados obtidos por questionário específico de pesquisa (IBGE, 2008b). “REGIC 2008 - Regiões de Influência das Cidades – 2008” (IBGE, 2008b) estabeleceu os seguintes níveis:

1. Metrôpoles: são os doze principais centros urbanos do país, que se caracterizam por seu grande porte por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações:
  - a) Grande Metrôpole Nacional: São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 11,124 milhões de habitantes, em 2010, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
  - b) Metrôpole Nacional: Rio de Janeiro e Brasília, com populações de 6,320 milhões e 2,57 milhões em 2010, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem o foco para centros localizados em todo o País;
  - c) Metrôpole: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,3 (Goiânia) a 2,68 milhões (Salvador), constituem o segundo nível da gestão territorial.
2. Capital regional: integram este nível setenta centros que, como as metrôpoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrôpoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões:
  - a) Capitais regionais A: inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas (mediana de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos);
  - b) Capitais regionais B: vinte cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos;
  - c) Capital regional C: constituído por trinta e nove cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.

3. Centro sub-regional – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em grupos:
  - a) Centro sub-regional A: constituído por oitenta e cinco cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos;
  - b) Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
4. Centro de zona: nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em:
  - a) Centro de zona A: 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.
  - b) Centro de zona B: 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e as outras 107 estavam no último nível daquela classificação.
5. Centro local: as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

Em que pesem as políticas implementadas e os investimentos direcionados às cidades brasileiras, constata-se, em período recente, o agravamento dos problemas urbanos decorrentes da falta de planejamento, da prioridade concedida ao capital, da aplicação inadequada de modelos, resultando em um quadro de expressiva desigualdade social, no qual a falta ou precariedade dos serviços públicos sobrecarrega especialmente os segmentos da população com menor renda. No quadro de precariedade apontado, sobressaem-se problemas associados à infraestrutura deficitária, regularização fundiária inexistente, expansão das favelas, deficiências de saneamento, precariedade



e mesmo inexistência de estrutura básica e de saneamento ambiental, deficiência de transportes coletivos, esgoto sanitário coletado e despejado *in natura*, elementos de um quadro expressivo de carência e déficit habitacional, que atinge particularmente a população que recebe até três salários mínimos. Os chamados bolsões de pobreza são parte dos cenários tanto das metrópoles quanto das pequenas cidades com até 20 mil habitantes. Em tal quadro, insere-se a definição de uma Política de Desenvolvimento Urbano em uma perspectiva de sustentabilidade.

A concepção de habitação adotada neste diagnóstico não se restringe à casa, mas amplia-se ao meio urbano, aos serviços e obras complementares indispensáveis à vida coletiva: água, esgoto, coleta de lixo, transporte, trânsito, saúde, abastecimento, lazer, etc. Ou seja, todo um conjunto de indicadores associados à noção de condição de vida, que é permeada por conceitos de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, tornando-se praticamente impossível discutir ou selecionar indicadores de condições de vida sem se remeter ao paradigma da modernidade, que repensa o progresso e todo o seu avanço tecnológico associado ao bem estar dos sujeitos.

### 3.5 Os Espaços Urbanos e Rurais

A delimitação do urbano e do rural no Brasil diverge da prevalecente na maioria dos países. Ao contrário destes, nos quais a delimitação resulta de critérios de tamanho, densidade da população e localização- combinação indicadora da modificação antrópica do meio ambiente, nosso recorte identifica como urbanas as sedes dos municípios e distritos, e como cidades, as sedes municipais. Dele resultam profundas distorções da realidade socioeconômica brasileira e consequente inadequação de políticas públicas.

De acordo com Veiga (2002), cálculos mais adequados indicam um espaço rural abrangendo a maioria do território nacional e, pelo menos, 30% de sua população.

Apesar dos dados oficiais Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerarem urbanos todos os habitantes de sedes de municípios brasileiros, devemos ter em conta que há 1.176 municípios com menos de 2 mil habitantes,

3.887 com menos de 10 mil, todos com estatuto legal de cidade, idêntico ao que é atribuído aos núcleos que formam as regiões metropolitanas ou que constituem evidentes centros urbanos regionais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana aumentou de 32%, em 1940, para 78%, em 1996. O problema, segundo Veiga (2002), reside no fato de o IBGE utilizar conceitos de rural e urbano questionáveis. Grande parte do movimento medido pelo IBGE é, na verdade, de produtores que obtêm uma forma de transporte para se deslocar entre a sede do município (novo local de residência) e o campo (local de trabalho), podendo usufruir mais conforto, sem deixar de trabalhar na sua terra.

Para que a análise da configuração territorial possa evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o tamanho populacional do município com sua densidade demográfica.

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma cidade na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 1950, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%. (VEIGA, 2005)

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) considera urbana uma localidade com mais de 150 habitantes por km<sup>2</sup> (OCDE, 1996). Seguindo este critério, apenas 411 municípios brasileiros dentre os 5.507 classificados como “cidades” atendiam ao quesito no ano de 2000.

Veiga (2002) estima que a população efetivamente urbana no Brasil esteja em torno de 60%. Silva (2002) chega a um número semelhante, considerando como rurais

todos os habitantes de municípios com menos de 20 mil habitantes.

Segundo a OCDE, 36% dos norte-americanos moravam em 1996 na zona rural e apenas 7% dos domicílios do país viviam da atividade agrícola (OCDE, 1996). Por critérios semelhantes, a população rural do Brasil soma 52 milhões (um terço do total). Desses, 25 ou 26 milhões formam a população rural economicamente ativa e 20 milhões se dedicam à agropecuária, cada vez mais associada a outras atividades.

De acordo com a combinação dos critérios tamanho, densidade e localização, Veiga (2002) classificou todos os municípios brasileiros em 2000. Foram identificados também os municípios classificados entre o rural e o urbano, número que representa 10% do total de municípios, e onde viviam 13% da população brasileira em 2000.

Grande parte desses municípios foi enquadrada pelo IBGE, em 2008, como centros urbanos de menor porte (centros de zona) de acordo com o estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2008b), e a maioria assistiu a um crescimento populacional entre 2000 e 2010.

Extremamente equivocado, no entanto, é inferir que todos os municípios de pequeno porte e com características rurais tenham sofrido evasão populacional. Na década de 1990, em 25% destes municípios, houve um aumento populacional de 31,3%, mais do que o dobro do crescimento do Brasil como um todo.

Apesar das análises serem insuficientes no que se referem às causas desse crescimento, o que se sabe é o suficiente por que se rompa com a visão de que todo Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. E ainda menos admissível é considerar 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população como resíduos da corrida industrial da segunda metade do século XX.

A grande maioria dos municípios de pequeno porte, localizada fora de aglomerações, tem sua economia alicerçada na utilização direta dos recursos naturais. Existem, certamente, atividades comerciais, de transportes e outros serviços, mas quase tudo diretamente vinculado a atividades agrícolas, pecuárias, florestais, minerais, etc.

Uma vez que os perímetros são prerrogativas das Câmaras Municipais e inexistem parâmetros formulados pelo poder público aproximadamente em 40% dos casos, observam-se perímetros urbanos que incluem pastos, projetos de irrigação e outras situações similares.

### 3.6 Conceito de Território

A assimilação que os atores do desenvolvimento territorial na Bahia possuem deste conceito levam à compreensão de *território* como a área geográfica de atuação de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns (CORREIA, 2005). Partindo-se deste entendimento político, desenvolvem-se projetos produtivos, sociais, culturais e ambientais, normalmente orientados ou liderados por um projeto dominante ou ideia-guia.

O território, enquanto espaço socialmente organizado, configura-se no ambiente político institucional onde se mobilizam os atores regionais em prol do seu projeto (ou seus projetos, mesmo que encerrem conflitos de interesses) de desenvolvimento. O principal objetivo é a geração de relações de cooperação positivas e transformadoras do tecido social (ROCHA et al., 2004).

Abramovay (2001 e 2003) e Abramovay et al. (2001) sugerem que o território possui, antes de tudo, um tecido social, com relações de bases históricas e políticas que vão além da análise econômica. À dimensão territorial do desenvolvimento somam-se as dimensões temporais (ciclos econômicos) e setoriais (a exemplo dos complexos agroindustriais). Citando os estudos de Casarotto Filho e Pires (2001), Abramovay (2003) lembra que a formação de um território – ou pacto territorial – deve responder a cinco pré-requisitos: 1) mobilizar os atores em torno de uma ideia-guia; 2) contar com o apoio desses atores, não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; 3) definir um projeto orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; 4) realizar o projeto em um tempo definido; e 5) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade entre os protagonistas do pacto territorial.

Uma estratégia para o planejamento de desenvolvimento territorial sustentável deve estar fundada em um processo de implantação e consolidação de metodologias que se completam em dois momentos: um, de apoio à auto-organização, formação dos fóruns e planejamento dos territórios; e outro, de desenvolvimento das capacidades territoriais e articulação interinstitucional de políticas públicas.

A Figura 1 mostra a composição dos Territórios de Identidade no Estado da Bahia.

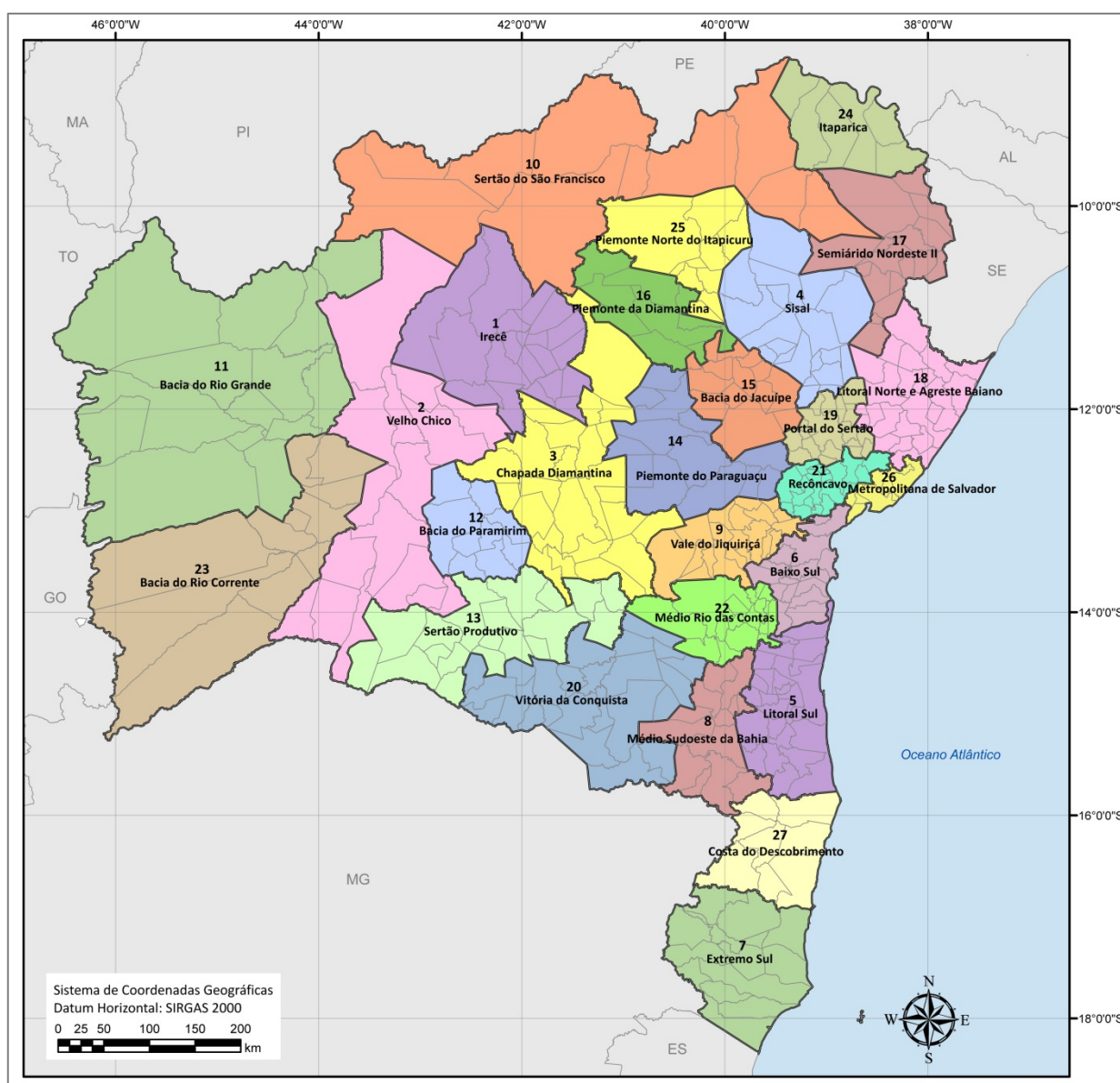


Figura 1 - Mapa: territórios de identidade no Estado da Bahia.

Fonte: BAHIA, 2011. Elaboração: GTA, 2012.

### **3.7 Territórios Rurais Como Unidade de Planejamento das Políticas Públicas**

O enfoque territorial é uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social, as bases fundamentais para conquista da cidadania.

O objetivo dessa construção conceitual, que só se concretiza mediante processo democrático, é identificar e conceber os territórios a partir da composição de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento rural sustentável.

Realça-se como desafios dessa estratégia, a promoção e apoio ao processo de desenvolvimento de competências humanas e institucionais nos espaços concebidos como territórios, articulando a construção e implementação de políticas públicas através da elaboração participativa de Planos de Desenvolvimento Territoriais Sustentáveis, tendo como enfoque o fortalecimento das comunidades rurais, com ênfase à agricultura familiar.

A adoção da abordagem territorial como referência conceitual nos processos de desenvolvimento rural sustentável constitui premissa fundamental para a concepção desse espaço enquanto unidade de planejamento, bem como do seu reconhecimento como instrumento de descentralização e de autogestão de políticas públicas.

### **3.8 Comunidades Tradicionais**

A população brasileira, longe de ser homogênea, constitui-se com grandes diferenças ao longo do território brasileiro, apesar de sua unificação. Apesar dos esforços governamentais, da elite e dos intelectuais em se criar ou descobrir um caráter nacional do Brasil e dos brasileiros, essa tarefa não chegou a se concretizar de fato, de modo que possuímos profundas diferenças culturais e regionais, além de distintas formas de reprodução sociocultural, com expressões peculiares de valores e da moral.

As múltiplas identidades étnicas do Brasil transformam o povo brasileiro em múltiplos povos brasileiros, com características culturais, linguísticas e históricas muito distintas. Somos um povo indígena, negro e português e seríamos extremamente simplistas, se não considerássemos as diversas ramificações desses troncos. Para o Brasil vieram diversas etnias da África e da Europa e aqui estavam grupos bastante distintos de indígenas. Portanto, a tarefa de unificar todas essas diferenças só poderia ter sido uma ilusão da elite dominante.

Não se pode dizer, entretanto, que essas tentativas não tiveram uma imensa divulgação e que algumas das ideias têm grande influência até os dias de hoje, embora não sejam reflexo de todas as identidades nacionais. Nesse contexto, esses grupos identitários minoritários têm procurado legitimar-se para defender seus direitos à cidadania, à terra e ao patrimônio cultural, organizando-se e conseguindo representatividade junto aos órgãos públicos.

Contrastando com a sociedade urbano-industrial, também chamada de sociedade de consumo, vivem outras populações que se organizam de modo diferente e são denominadas "tradicionais". Essas comunidades ditas tradicionais possuem um modo de vida específico, uma relação peculiar com a natureza e os recursos naturais, interagindo sem acarretar destruições e transmitindo o conhecimento para perpetuar a identidade do grupo (DIEGUES, 1994). A denominação de tradicional é amplamente discutida e neste estudo, lançaremos mão da definição que pensa essa sociedade como um grupo que isoladamente reproduz formas peculiares de vida.

As sociedades tradicionais: grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto aos povos indígenas quanto aos segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES; ARRUDA, 2000: p. 27)

As culturas tradicionais fragmentam-se em uma grande diversidade de populações distintas: as tradicionais indígenas e não indígenas. Dentre as não indígenas estão as populações caboclas, caiçaras, sertanistas, crioulas, estas últimas encontradas no estado baiano, entre outras (RIBEIRO, 2006).



Assim, essas sociedades mantêm um sistema de produção e reprodução social, cultural e ecológica por um longo período histórico, diferenciando-as muito da sociedade capitalista, podendo também ser consideradas mais homogêneas ou igualitárias. O manejo permite ao ecossistema uma renovabilidade que confere sustentabilidade aos recursos naturais geridos por essas populações. Seu sistema produtivo possui pequena capacidade de acumulação de capital, dificultando a emergência de classes sociais.

A reprodução cultural acontece por meio de festas, mitos, ritos e religião, que possibilitam a coesão social; entretanto, não impede o aparecimento de conflitos, sendo, evidentemente, um movimento de transformações sociais. Tais sociedades não são estáticas, mas sim suscetíveis a mudanças decorrentes de fatores internos e externos da sociedade. Ademais, assimilam pequenos valores capitalistas sem produzir mudanças radicais, mas que são denominadas de “pequena produção mercantil” (DIEGUES, 1994).

Portanto, essas culturas tradicionais possuem um modo de vida específico, uma relação peculiar com a natureza e com os recursos naturais; estabelecem, no interior de seus grupos, meios de subsistências peculiares, que só podem ser compreendidos se inseridos em um conjunto de reações culturais que são desenvolvidas a partir de necessidades básicas dos indivíduos que compõem esse grupo (CANDIDO, 2001).

Nesse contexto, as sociedades tradicionais que ainda preservam suas relações de sociabilidade são raras em nossos dias e estão confinadas às áreas mais remotas e menos integradas ao sistema produtivo nacional. Constituem uma extensa camada marginal, com condições precárias de vida, e com grande dificuldade de alcançar condições superiores de vida. A transformação socioeconômica procedida no Brasil leva à interação, cada dia mais intensa, entre o modo de vida tradicional e o da cidade ou da sociedade urbano-industrial.

Enquanto o campo e o modo de vida tradicional passam por transformações, o meio urbano sofre profundas mudanças estruturais com o processo de urbanização e industrialização, que vão influenciar drasticamente toda a sociedade, criando inclusive uma nova manifestação sociocultural, denominada cultura urbano-industrial, chamada por Morin (2005) de cultura de massas.



Essa cultura industrial engloba diversas realidades, símbolos e mitos, adaptam temas folclóricos locais e os torna globais, transforma uma cultura religiosa humanista e nacional em uma realidade policultural. Essa nova realidade cultural e econômica, que globaliza os sistemas de produção, possibilita um rápido deslocamento de pessoas e informações, começa a se delinear dentro da cultura de massas. É justamente na busca da homogeneização da população brasileira em uma só, que nos deparamos com os maiores contrastes. Inerentes ao conturbado processo de colonização, ocupação e miscigenação com a “gente da terra”, a ideia de que seria possível que nós nos tornássemos uma população homogênea, foi perdendo, cada dia mais, o seu sentido.

Foi inserida nesse contexto que nasceu a preocupação com essas populações tradicionais, indígenas ou não indígenas, e suas relações com o território, que passa a ser considerada extremamente relevante, ao longo do processo histórico, para a reprodução e manutenção da biodiversidade. A ecologia social ou socioambiental, portanto, procurou classificar essas populações, observando a forma de produção e reprodução social, valorizando seus conhecimentos tradicionais e reconhecendo seus direitos à terra e sua característica não destrutiva do meio em que vivem. Assim, possibilitando a permanência dessas populações em unidades de conservação, que foram sendo criadas no Brasil e em outros países, sob o modelo americano de conservação (DIEGUES; ARRUDA, 2000).

Essas comunidades inserem-se como populações que tiveram um processo de construção étnica, cultural e socioeconômica peculiar a uma região, e vem passando por profundas transformações no seu modo de vida. Apesar das migrações, modificações e adaptações ele continua a existir.

As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos ‘pequena produção mercantil’. A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente uma mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos. (DIEGUES, 1994: p.84).

Se por um lado, presencia-se a valorização desses povos, por outro, eles tornam-se prisioneiros de um modelo de vida que passa a ser estabelecido pelos pesquisadores e defendido pelos órgãos federais. Possibilitando a permanência dos mesmos nesse território, mas engessando suas vidas e suas construções socioculturais e impossibilitando as mudanças sociais. Acontece, portanto uma desconsideração de que essas populações também se transformaram ao longo do processo histórico, e ainda estão passando por transformações.

Enfim, as populações tradicionais existentes no estado devem ser analisadas dentro de suas peculiaridades inerentes às suas comunidades, mas apesar de possuírem relações socioculturais distintas à sociedade urbano-industrial, também são sociedades que se transformam, e são carentes de infraestrutura e serviços, e precisam ser contempladas por políticas públicas.

### **3.8.1 Comunidades Indígenas**

O Brasil é um país com grande extensão territorial e com extrema desigualdade regional. Encontramos civilizações indígenas virgens e também grandes metrópoles contemporâneas. Aquilo que, para o litoral é passado remoto, documentos da civilização, para o interior são ocorrências atuais. Portanto, nos deparamos com profundas distinções étnicas e culturais: de um lado, povos indígenas, e de outro, brasileiros engajados nas frentes de expansão da sociedade nacional que avançam em terras com conflito de títulos de direito, cuja ocupação indígena é encarada como um grande obstáculo. Uma etnia nacional se confrontando com múltiplas etnias tribais. Diferentemente de ideias de vários sociólogos e antropólogos, de que haveria uma miscigenação completa, isso de fato não aconteceu. O que ocorreu foi um verdadeiro extermínio de muitas populações e os sobreviventes permaneceram indígenas. Não com os mesmos hábitos e cultura, mas na autoidentificação como povos distintos ao brasileiro e vítimas de dominação. Assim, o impacto do contato das populações indígenas com a civilização não provocou assimilação plena, mas transfiguração étnica (RIBEIRO, 1970).

A ocupação brasileira teve início no litoral nordestino, fundada no extrativismo do pau-brasil e, posteriormente, na apropriação das terras para o plantio de cana-de-açúcar e escravização dos índios. A criação de animais também começou a ser

desenvolvida nas áreas de pastagens naturais do sertão do Nordeste, da Bahia e Pernambuco.

Os índios do Sertão imprimiram grande resistência à ocupação de seu território, o que levou a uma grande discórdia, pois, de um lado, os portugueses queriam terras desocupadas para criação; de outro, os habitantes nativos, o direito a suas terras. Muitos se associaram a holandeses ou franceses no século XVIII, mas quando os lusitanos dominaram a terra, só restou a fuga ou o suicídio. Os grupos que mais se opuseram a invasão foram exterminados e os sobreviventes vendidos como escravos aos canaviais. Os grupos mais pacíficos e de convivência mais fácil com o colonizador conseguiram se manter em seu território, mas ficaram rodeados de criadores de gado que cobiçavam suas terras.

Nos primeiros dois séculos de contato com os europeus, esses índios encontraram guarida e proteção nos missionários jesuítas, entretanto, quando esses foram expulsos, em 1759, a administração das aldeias foi entregue a oficiais civis. Posteriormente, seus cidadãos foram considerados cidadãos livres e suas aldeias promovidas a vilas, receberam nomes portugueses, pelourinhos e passaram a ser legalmente explorados, sem ter quem olhasse por eles, o que significou, na verdade, uma farsa libertária. Os administradores dessas novas vilas foram recrutados entre vizinhos que cobiçavam essas terras. O crescimento do número de sertanejos acarretou muitas vezes na expulsão dos indígenas e em condições de grande exploração.

O convívio entre sertanejos e indígenas, que tinha por objetivo a colonização destes, gerou grandes hostilidades, não pela diferença étnica ou cultural, mas na luta por terras e preconceitos relacionados a costumes tribais (RIBEIRO, 1970).

A alguns grupos no Nordeste e na Bahia foram concedidas reservas de terras, que foram entregues aos indígenas. Entretanto, a maioria destas foi sendo usurpadas por outras populações denominadas sertanejas. As populações indígenas foram se engajando em trabalhos assalariados para fazendeiros, além do trabalho em roças próprias. Muitos já não falavam seus idiomas, mas sim o Português, vestiam-se como os sertanejos e utilizavam também sua medicina (RIBEIRO, 1970).

Embora convivessem com os sertanejos, estavam separados por um profundo desprezo. Mantinham as condições mínimas para a manutenção de um grupo étnico, passando parte das raízes culturais aos seus descendentes, e mantendo-se até os dias atuais identificados como indígenas e procurando territórios onde pudessem tirar seu sustento. Em regiões menos ocupadas, esses povos indígenas tiveram a oportunidade de manter suas heranças culturais mais intensas (RIBEIRO, 1970).

A violência entre as distintas matrizes étnicas foi muito grande e povos inteiros foram dizimados no conflito com os novos ocupantes da terra. Muitos índios aprisionados em fazendas e vaqueiros em aldeias faziam o intermédio entre as populações, aprendendo sua língua e cultura, entretanto a possível pacificação desse contato nunca ocorreu.

Por fim, além do sertanejo, um povo mestiço de branco português com indígena, também sobreviveu na região, até os dias atuais, outras nações indígenas, que se consideram indígenas e têm características étnicas e culturais peculiares. Contudo, muitas delas ainda não tiveram acesso à terra e garantias para manter suas nações (RIBEIRO, 1970).

A região de Floresta Atlântica, que se estendia desde ao Nordeste até a Região Sul, era local onde floresciam diversas populações. A costa baiana (Zona da Mata) abrigava grande diversidade étnica na época colonial. Algumas haviam tido contato com os povos ditos civilizados e missões religiosas; outros apenas tiveram encontros intermitentes e hostis, aprendendo a fugir desses contatos e hostilizar a tentativa de penetração em seu território. As áreas mais cobiçadas foram rapidamente ocupadas pelos canaviais e seus habitantes foram escravizados, e aquelas mais isoladas, que não constituíam interesse para os brancos, permaneceram na posse indígena (RIBEIRO, 1970).

Entretanto, o fracasso do colonizador em estabelecer sua produção no trabalho escravo indígena e o crescente mercado internacional de negros, trouxe para a região da Zona da Mata uma grande quantidade de africanos, retirados de suas terras, destribalizados e escravizados (RIBEIRO, 1970).

Nas áreas de mata densa que se estendiam do sul da Bahia até o vale do Rio Doce, havia uma grande diversidade étnica de populações com um raro contato com a nova civilização brasileira. Protegidos por essas florestas densas, no alto curso dos rios das Contas, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce, viviam os povos Kamakan, Pataxós, Maxacalis, Botocudos e Puri-Coroados. Com línguas distintas entre si e também diferentes de outros povos do Brasil, entretanto eram conhecidos como Aimorés, Botocudos, Coroados ou Tapuia (RIBEIRO, 1970).

Esses povos tinham práticas de subsistência semelhantes, adaptadas à mata, não conheciam a lavoura ou utilizavam-na de forma incipiente, o que indicava que eram agricultores recentes, e dependiam da caça e da coleta. Só os Maxacalis possuíam aldeias mais estáveis, com residências familiares permanentes. Os outros povos se dividiam em hordas com números variáveis, que se movimentavam sempre dentro de certa área em busca de caça, frutos e tubérculos. Entretanto, os Maxacalis, no século XX, foram também desalojados pelos sertanejos, que os induziam a derrubar matas e plantar roçados e, depois da colheita, plantar capim, impossibilitando a permanência de seu modo de vida (RIBEIRO, 1970).

No início do século XIX, a intensificação da penetração nas matas do litoral baiano gerou intensos conflitos, o que fez o Governo federal reeditar leis, anteriormente revogadas, permitindo a guerra contra esses povos, considerados bárbaros e dignos de punição, escravização e catequese. Tropas de militares e padres foram encarregados de subjugar-los a fim de civilizá-los em territórios de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Tiveram êxito nessa tarefa, conseguiram dizimá-los por meio de conflitos e também epidemias de sarampo.

O aumento populacional decorrente do crescimento populacional gerou novas demandas por ocupações de terra. Atividades econômicas em decadência davam lugar a novas atividades ansiosas por novos territórios. Assim, muitas aldeias e povos ainda existentes começaram novamente a ser dizimados, em meados do século XIX, para haver a desocupação da terra. Antes do final do século XIX, já não se ouvia falar em povos e culturas do Nordeste. Destituídos de seus territórios, não são reconhecidos com sua coletividade, e são denominados remanescentes ou descendentes ou "índios misturados". (RIBEIRO, 1970).

À medida que foram expulsos de suas terras, as populações indígenas do interior passaram a perambular pelas fazendas, à procura de um lugar para se estabelecer. No início do século XX, muitos indígenas do interior estavam assimilados linguisticamente, apesar de ainda manterem costumes tribais e permanecerem às margens das cidades. Entre eles, no Estado da Bahia, viviam os Tuxá, ao lado da cidade de Rodelas, os Pakaraí, da Serra da Cacaria, e os Umã, da Serra do Arapuá. (RIBEIRO, 1970).

Portanto, sob pressão desse processo de genocídio, muitas etnias desapareceram ou se tornaram povos fugitivos em sua própria terra. Na década de 1950, os povos indígenas do Nordeste incluíam apenas dez etnias indígenas. Em 1994, após a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que conferia direitos às etnias, passaram a existir vinte e três, dentre elas, dezesseis na Bahia. São elas: Atikúm, Kaimbé, Kantaruré, Kiriri, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Tumbalalá, Tupinambá de Olivença, Tuxá, Xukuru-Kariri, Cariri-Xocó, Tupinambá de Itapebi e Truka.

De acordo com a descrição dos direitos dos povos indígenas como originários (CARNEIRO DA CUNHA, 1987) existe grande contradição, como o surgimento recente, há duas décadas, de povos que são pensados e se pensam originários. Poderíamos propor não o seu surgimento e sim o nosso conhecimento de sua existência.

A área cultural indígena do Nordeste, segundo Galvão (1979) constitui-se como etnias com profundas marcas de mestiçagem e influências culturais. Alguns vivem integrados ao meio regional e outros já não falam mais suas línguas ou possuem práticas tradicionais. Isto levou alguns antropólogos, americanos, franceses e até brasileiros a falar em resíduos da população indígena do Nordeste (RIBEIRO, 1970).

Essa mestiçagem deu-se em decorrência do processo de colonização, do genocídio e das perseguições a que estiveram sujeitos e a falta de apoio do Estado em conceder terras para que sobrevivessem e praticassem suas culturas. Entretanto, não estamos considerando que as características culturais dessas populações indígenas, consideradas populações tradicionais, sejam imutáveis. Estas não são estáticas, mas sujeitas a movimentações e transformações, não deixando de possuir, contudo, características étnicas e culturais peculiares. Portanto, mesmo com mestiçagens e

intercâmbios culturais, devem ser consideradas populações tradicionais indígenas e, conseqüentemente, ter direitos a sua cultura e, principalmente, a um território demarcado.

Apenas em 1975, houve o estabelecimento de um termo de cooperação entre a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a UFBA (Universidade Federal da Bahia) para gerar estudos que subsidiassem programas de assistência e desenvolvimento aos povos indígenas no estado da Bahia. Embora com curta duração, apareceram estudos sobre os Pataxós e os Kiriri que, embora considerados populações indígenas, não possuíam terras demarcadas e protegidas. Organizados e mobilizados pela criação de órgãos como ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista) e PINEB (Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro) (AGOSTINHO, 1995), começam a ser produzidos inúmeros artigos e estudos sobre a condição de existência das populações indígenas do estado e um estudo mais amplo, buscando definir os “índios do Nordeste”, povos associados historicamente à caatinga e às frentes pastoris dos séculos XVII e XVIII (AGOSTINHO, 1988).

As questões relacionadas a essas populações referem-se, principalmente, à esfera fundiária e assistencial, cujo principal desafio é restabelecer seus territórios, promovendo a retirada dos não índios, possibilitando a autonomia em seus territórios. Diferente do que tem ocorrido há séculos, em específico nos séculos XVII e XVIII, quando missões religiosas atraíam famílias de nativos de diferentes línguas e culturas e sedentarizaram-nas e catequizaram-nas, as agências indigenistas oficiais procuraram, posteriormente, envolvê-los em novos processos de territorialização (OLIVEIRA, 1998).

A política assimilacionista recrudesce com mudanças demográficas e econômicas promovidas com a Lei de Terras de 1850 (BRASIL, 1850), quando, por todo o Império, teve início uma política de regularização das propriedades rurais. As antigas vilas expandem seus centros urbanos e famílias chegam para estabelecer-se como produtoras agrícolas. Assim, os governos provinciais vão sucessivamente declarando extintos os antigos aldeamentos indígenas e incorporando seus terrenos a comarcas e municípios em formação. Paralelamente, os pequenos agricultores e fazendeiros não indígenas consolidam suas glebas e estabelecem o controle de terras que ainda estavam em posse dos antigos moradores. Essa mistura limitou as posses das

populações nativas, determinando a extinção de antigos aldeamentos, como o dos Pankaruru, do Brejo dos Padres, que descrevem a extinção do antigo aldeamento, no tempo das linhas, quando as terras foram demarcadas e distribuídas para os não indígenas (OLIVEIRA, 1998).

Nas primeiras décadas do século XX, porém, foram implantados postos indígenas em diversas áreas do Nordeste e na Bahia. Em 1937, um posto foi construído na área dos Pataxós (da fazenda Paraguassu), em Caramuru-Ilhéus); na década de 1940, na dos Truká (Ilha de Assunção) e os Kiririb (Mandela); e houve a imposição de instituições assistencialistas de tutela e também de um modo de vida dos índios de reservas. A organização política desses povos passou a incluir o cacique, o pajé e o conselheiro, que constituiriam a organização tradicional e autenticamente indígena. Sua indicação seria imposta pelo agente indigenista local. Esse também era responsável pela distribuição de benefícios estatais, tais como empréstimos, utilização de instrumentos agrícolas, alimentos.

Portanto, tem-se diferentes processos de territorialização: primeiro, a destituição de seus territórios; posteriormente, a realocação territorial e fortes pressões de uma assimilação quase compulsória de tradições específicas. Nesse sentido quais seriam hoje legítimos traços de sua cultura? Não há como identificar traços legítimos e dignos de legalização, mas povos nativos que conquistaram muito duramente o direito ancestral pela terra em que nasceram, mas que mesmo assim, muitos ainda não tiveram acesso a elas, justamente em decorrência dessas múltiplas classificações.

Na década de 1970 e 1980, muitas etnias não conhecidas pelo órgão indigenista ou pela literatura etnológica passaram a se mobilizar e reivindicar territórios. Era o caso dos Tinuí-Botó, dos Karapotó, dos Kantaruré, dos Jeripancó, dos Tapeba, entre outros, que passaram a ser denominados de novas etnias ou índios emergentes. Em decorrência desse processo, tem ocorrido, nesse cenário, o surgimento de novas identidades e a reinvenção das etnias já conhecidas (OLIVEIRA, 1998).

Portanto, para que esses povos tivessem direito a ter uma terra e manter coletivamente suas características culturais, foi imprescindível o papel dos líderes que procuraram o reconhecimento do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a demarcação de suas terras constituía evento político, que os fizeram buscar alianças externas e



elaborar projetos para o futuro, e instituíram mecanismos de representação, ou seja, fizeram nascer uma unidade política antes inexistente e uma existência coletiva (OLIVEIRA, 1998).

Os povos indígenas hoje no Brasil e, mais especificamente, na Bahia, constituem culturas muito distintas das que preexistiram, assim como a sociedade brasileira atual da portuguesa do século XV. Não é possível descrever fatos e acontecimentos dentro de uma cultura atemporal, estática e homogeneizadora, uma vez que as sociedades indígenas são complexas e suas culturas, heterogêneas e diversificadas, que podem ser entendidas em uma esfera de interações sociais. As culturas não são, nesse sentido, coextensivas às sociedades nacionais, nem a grupos étnicos, o que as torna assim são as demandas dos próprios grupos sociais e sua autenticidade.

Em tempos em que se discute o multiculturalismo, podemos abandonar imagens arquitetônicas de sistemas sociais fechados e passar a trabalhar com processo de circulação de significado, enfatizando o caráter dinâmico na qual são constituídas as culturas e, consequentemente, as identidades.

Enfim, numa abordagem ampla das populações indígenas do Estado da Bahia, é possível citar as que já foram demarcadas, ficando em aberto a possibilidade de novas reivindicações de territórios e o reconhecimento das "novas etnias", uma vez que o processo histórico marcou a diáspora desses povos antes invisíveis, mas que agora se sentem confortáveis em aparecer. Isto constitui uma questão social delicada, a ser pensada para a delimitação de novos assentamentos habitacionais em determinados territórios.

Quadro 1 - População indígena nos territórios identidade da Bahia.

TI nº	Território Identidade	Municípios	Etnias
2	Velho Chico	Ibotirama Muquém do São Francisco Serra do Ramalho	Tuxá Atikun, Kiriri, Pankaru Pankaru
4	Sisal	Quinjique	Kiriri
5	Litoral Sul	Buerama Camacã Ilhéus Itaju da Colônia Pau Brasil Una	Tupinambá de Olivença Pataxó hã-hã-hãe Tupinambá de Olivença Pataxó hã-hã-hãe Pataxó hã-hã-hãe Tupinambá de Olivença
6	Baixo Sul	Camamu	Pataxó hã-hã-hãe
7	Extremo Sul	Belmonte Itamaraju Itapebi Porto Seguro Prado Santa Cruz de Cabrália	Pataxó e Tupinambá de Belmonte Pataxó Tupinambá de Itapebi Pataxó Pataxó Pataxó
10	Sertão do São Francisco	Curaça Sobradinho	Atikum e Tumbalalá Truká
11	Bacia do Rio Grande	Angical Santa Rita de Cássia	Atikúm Atikúm
17	Semiárido Nordeste II	Banzaê Euclides da Cunha	Kiriri Kaimbé
24	Itaparica	Abaré Glória Paulo Afonso Rodelas	Tumbalalá Pankararé, Kantaruré e Xukuru-Kariri Truká e Pankararé Atikúm, Pankararé e Tuxá
26	Metropolitana de Salvador	Cariri	Xocó

Fonte: ANAÍ, 2011.

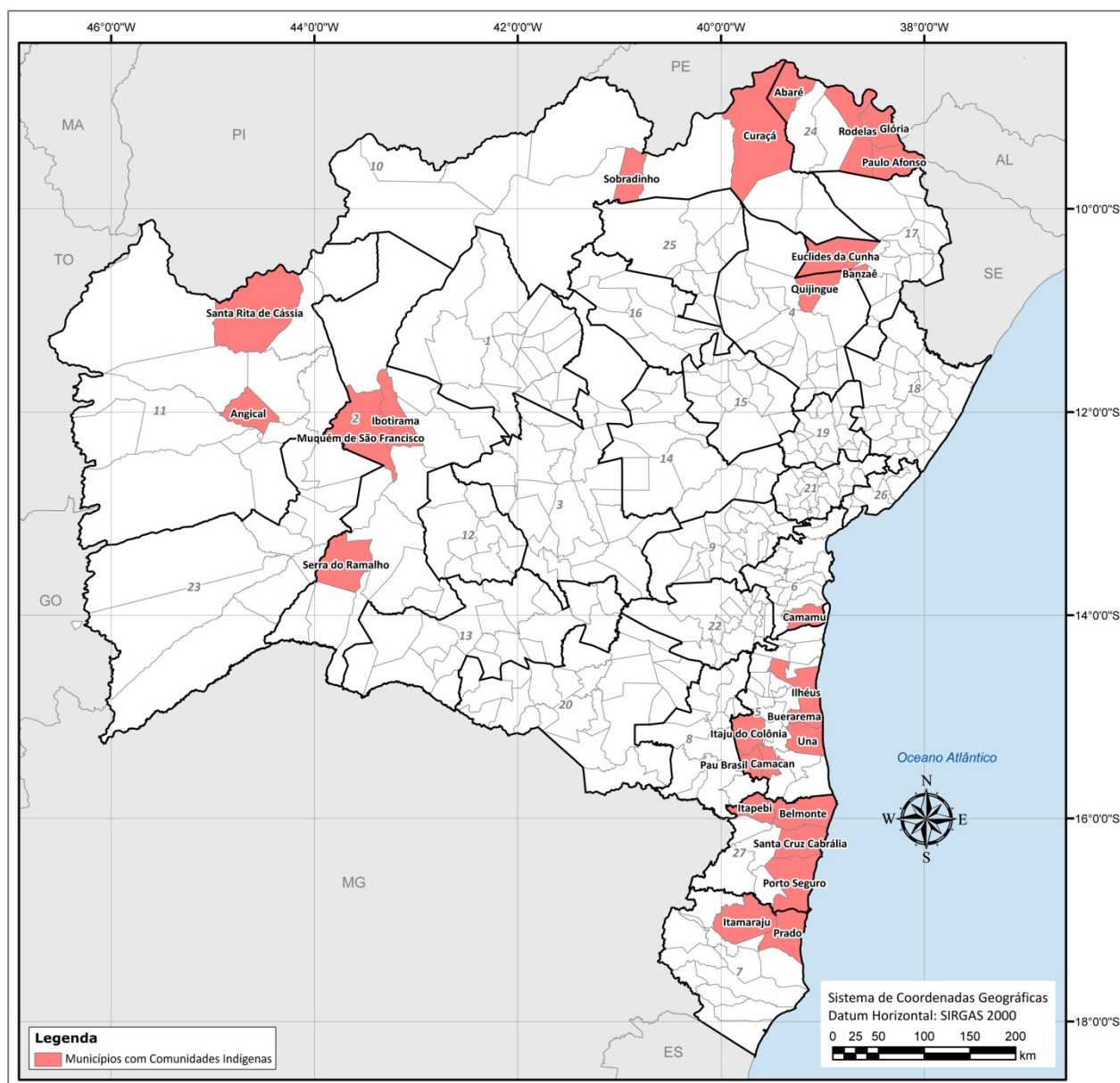


Figura 2 - Mapa: municípios onde há presença Comunidades Indígenas.

Fonte: ANAÍ, 2011. Elaboração: GTA, 2012.

### 3.8.2 Comunidades Quilombolas

Os quilombos referem-se a uma questão relevante desde o primeiro foco de resistência do escravismo colonial e a retomada hoje no contexto jurídico social do século XX e XXI. No processo de redemocratização do Brasil na década de 1970, inseriu-se a retomada de movimentos de luta política e territorial dos afrodescendentes.

As questões quilombolas e as questões indígenas apresentam características semelhantes quanto aos desafios para chegar a uma solução. A antropologia das sociedades indígenas busca, por meio da autonomia cultural e o direito ancestral da terra, a decretação da área reservada, publicação de legislação protetora e implementação de instituições e projetos assistencialistas. Já os afrodescendentes, denominadas “associações quilombolas”, não são considerados moradores nativos, e nos últimos 20 anos, vêm lutando pelo direito de permanência nas terras, pelo reconhecimento legal, pela posse das terras ocupadas e pelo livre exercício de suas práticas culturais, crenças e valores.

Ambos os desafios são imensos, enfrentam questionamentos sobre a posse da terra e sua legitimidade, uma vez que existe historicamente uma segregação social das populações negras e indígenas. Suas práticas sociais são discriminadas, são excluídos socialmente, desqualificados profissionalmente e seus locais de moradia ignorados pelo Estado (LEITE, 2000).

Na formação social brasileira, os negros sempre foram excluídos em uma sociedade hierarquizada pela cor de pele. A Lei de Terras de 1850 (BRASIL, 1850), excluiu africanos e descendentes da categoria de brasileiros que passaram a ser libertos, sem acesso a terra. Foram sujeitos ao racismo, a arbitrariedades e violência, e sistematicamente expulsos de suas terras, mesmo quando a tinham recebido legalmente, mediante compra ou herança (LEITE, 2000).

Nesse contexto histórico, emergem os quilombos, como um ato de organização, de luta, de espaço conquistado por gerações, um lugar em que viver, consistindo na unidade básica da resistência do escravo negro no período da escravidão. E atualmente, mais do que recordar o passado, os afrodescendentes reivindicam seus direitos políticos e sociais, inaugurando nova demanda da política nacional: definir quem são as comunidades quilombolas (LEITE, 2000). Portanto, a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a legalização de terras para as comunidades remanescentes de quilombo legitima esse debate, estimulado por cientistas, políticos e militantes. Surgem também novos conceitos, novos territórios, novas questões de identidade e políticas de reconhecimento, no qual a importância da formação sociocultural brasileira diversa e mestiça é inserida num contexto de cidadania e diversidade.

O conceito de quilombos distingue-se muito desde a época colonial, quando Lopes et al. (1987) afirma ser o termo típico africano que designa, para os bantos, “acampamentos guerreiros na floresta”, e para os angolanos, como uma “divisão administrativa”. Munanga (1995) acredita que o quilombo seja uma cópia da alternativa africana de fugir da estrutura escravocrata, organizando nova estrutura política dos oprimidos. Segundo Moura (1981a), no Conselho Ultramarino Português, em 1740, “quilombo” foi definido como “toda a habitação de negros fugitivos que ultrapassem cinco, mesmo sem construções erguidas, em uma reação guerreira a uma situação opressiva”.

Entretanto, na tradição popular brasileira, os quilombos são vistos associados a lugar, povo, manifestos populares ou algumas práticas condenadas pela sociedade, enfim, múltiplos significados inseridos em um aparato simbólico, que produziu segundo Giucci (1992) não uma única história, mas uma árvore de história, no qual os negros estavam inseridos em um movimento colonial de “descobrir, regatar, povoar e governar, só que como povos dominados” (GIUCCI, 1992:25).

Nessa manifestação de resistência, os quilombos são enfatizados na historiografia brasileira pelo ideário da Revolução Francesa de liberdade e das lutas armadas revolucionárias marxistas. Poderiam diferir quanto à atividade econômica como agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastores ou serviços predatórios.

A partir da década de 1970, começam a ser definidos como uma forma de organização dotada de significação política visando à resistência. Sob novos moldes sociopolíticos, com novas construções das identidades e diferenciações étnico-culturais, regionais, locais, nacionais, consolida-se um tipo específico de segregação residencial de negros que perdura até hoje (MOURA, 1981b). Aparecem bairros negros em áreas urbanas periféricas e rurais, com características culturais peculiares a esses grupos fechados e isolados e que, posteriormente, foram definidos como populações tradicionais. Essas populações, a princípio, eram consideradas populações estáticas e harmônicas, nas quais inexisteriam quaisquer conflitos sociais.

Entretanto, a partir de 1976, Barth (1976) propôs novas visões sobre a etnicidade, na qual os antropólogos reavaliaram suas visões de cultura. Nesse novo contexto, as populações não seriam vistas com fixas e imutáveis, mas como algo dinâmico, sujeito

a constantes transformações e reinvenções, e não fossilizadas em face de desaparecimento.

Assim, com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a definição de populações remanescente de quilombo engloba a articulação dos movimentos negros antirracistas e alude à dívida que a nação teria com os afrodescendentes pela escravidão e não unicamente fundiária. Remete ainda a uma ideia de reparação da abolição como um processo inacabado em dois âmbitos: a herança dos senhores de escravos e o consequente estigma da exclusão decorrente do processo de escravidão. Entretanto, sob a visão antropológica de populações tradicionais, os antropólogos procuraram desfazer o equívoco sobre a condição de remanescente, de isolamento e homogeneidade do quilombo.

Diversas questões antropológicas e normativas, debatidas no cenário político e social no Brasil, explicitaram a complexidade do tema, como a definição do sujeito de direito, a identidade dos negros, os interesses sobre o patrimônio cultural e política das minorias no poder no Brasil. Portanto, o termo “comunidades quilombolas” substituiu o termo “remanescente de quilombos” e o sujeito de direito foi definido enquanto aspecto coletivo do processo, de modo que o grupo, e não o indivíduo, terá acesso à terra. A vida coletiva consolida o grupo que busca vencer as barreiras impostas pelo processo histórico e garantir seu reconhecimento e como cidadãos terem o acesso à terra para garantir sua continuidade.

Portanto, o conceito de comunidades negras quilombolas passou a incorporar as chamadas terras de preto, mucambos ou quilombos, que são formados predominantemente por negros, ocupam áreas rurais com laços de consanguinidade e familiaridade, o que lhes permite a utilização das áreas de forma individual e coletiva, com práticas de adaptação ao ambiente e preservação dos recursos naturais. A maioria das comunidades não possui registros escritos e as tradições são transmitidas oralmente. Não possuem tampouco terras reconhecidas e tituladas, e o reconhecimento passa a ser almejado pelos Movimentos Negros, que exigem do Estado brasileiro a reparação da escravidão e do racismo institucional. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) lança a possibilidade de legitimação dessas comunidades e da cidadania quilombola.

Enfim, imersos em novos impasses, os afrodescendentes buscam legitimar uma identidade negra, que lhes foi negada por séculos, e também a possibilidade de sair da marginalidade, da exclusão social e racial, para serem cidadãos de direitos e terem acesso à terra onde possam recriar suas peculiaridades étnico-sociais.

### **Distribuição Espacial das Comunidades Quilombolas na Bahia**

No Estado da Bahia, existe grande concentração de Comunidades Quilombolas, em decorrência de atividades econômicas que utilizaram o escravo africano desde o período colonial. É possível identificar duas grandes áreas de concentração dessas comunidades: a região do Recôncavo, em decorrência dos engenhos de cana-de-açúcar que predominaram durante séculos, utilizando com mão-de-obra escrava negra; e a região do sudoeste do estado, em torno dos municípios de Caetité e Rio de Contas, onde o ouro atraiu a colonização e, posteriormente, o cultivo de algodão e gêneros alimentícios para o abastecimento local (AMORIM; GERMANI, 2005). A presença de grande número de comunidades nessas regiões deve-se à decadência das atividades econômicas preexistentes e consequente afrouxamento do poder estabelecido. Essa distribuição espacial deve-se a fatores como dificuldade de acesso, recursos minerais, relações de permissividade de grupos hegemônicos locais, articulação com setores da sociedade circundante, entre outros.

Os conflitos com Comunidades Quilombolas no estado pela posse da terra concentram-se principalmente em áreas de atuação de capital internacional /nacional, investimento em infraestrutura e financiamentos para produções agrárias, como por exemplo, a região do Médio São Francisco (AMORIM; GERMANI, 2005).

Contudo, mesmo nas regiões com grande concentração de comunidades, poucas possuem título de propriedade de terra. O município de Vitória da Conquista possui 15 comunidades e Caetité, 28. Essa concentração pode ser em decorrência da falência de empreendimentos agrícolas e permanência de negros das fazendas nos municípios. Dentre as 387 comunidades pesquisadas, apenas 24 detinham a posse da terra, havendo uma concentração de comunidades com títulos de terra no município de Cachoeira (10 comunidades) e de Bom Jesus da Lapa (5 comunidades) (AMORIM; GERMANI, 2005).

A primeira comunidade identificada como quilombola no Brasil foi a Comunidade Negra Rural do Rio das Rãs, que se destaca por sua luta política na região do Médio São Francisco e tornou-se exemplo de resistência para todas as comunidades no país, contribuindo regionalmente para a identificação e reconhecimento de outras comunidades quilombolas próximas (AMORIM; GERMANI, 2005).

Um problema enfrentado por diversas comunidades relaciona-se a conflitos fundiários, uma vez que latifundiários procuram extorquir suas terras. Dentre as comunidades que enfrentam este problema, destacam-se as de Batalha, Parateca, Pau D'Arco e Rio das Rãs (SANTOS, 2008). Esses conflitos muitas vezes acabam com a expulsão de muitas famílias, que não encontram amparo na justiça.

Algumas comunidades são muito numerosas, por exemplo, a de Irará, com quinhentos moradores e duzentas famílias, entretanto com apenas cento e cinquenta casas disponíveis, o que obriga muitas famílias dividirem o mesmo teto. Esta população faz uso da água de um riacho próximo, que abastece a comunidade e as atividades econômicas, especialmente a cerâmica (SANTOS, 2008).

As políticas públicas eficientes para as comunidades são raras. Desta forma, em algumas comunidades, como a de Irará, embora haja uma escola, não posto de saúde e nem tampouco casas suficientes para todos os moradores.

Na Bahia, estima-se que uma população negra, representando 14,4% do total de negros, viva em áreas segregadas e periféricas do campo e da cidade. Isso aconteceu em decorrência de ações pós-abolição, que causou sua expulsão das áreas centrais, por serem considerados "não-civilizados" e serem um símbolo do não-desenvolvimento. Essa questão promoveu uma nova divisão territorial dos espaços, uma nova territorialidade, onde os grupos negros passaram a viver em áreas segregadas. Dentre estas áreas, estão as comunidades negras rurais, atualmente chamadas de Quilombolas.

Enfim, essas comunidades apresentam grandes peculiaridades e necessidades específicas e têm se organizado para reivindicar o direito à cidadania e o acesso às políticas públicas oferecidas pelo Estado. Promoveram, em 2010, o I Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas na Bahia, com o objetivo de estimular o



fortalecimento da organização e estrutura política dos quilombos e criar o Conselho Estadual de Comunidades Quilombolas da Bahia, responsável pela interlocução com os diversos órgãos públicos, e desta forma, buscar solucionar parte de suas questões territoriais e sociais.

## Comunidades Quilombolas nos Territórios de Identidade

Quadro 2 - Comunidades quilombolas por municípios e territórios de identidade na Bahia.

Território de Identidade	Município	Comunidade Quilombola
1 Irecê	<b>América Dourada</b>	Alegre, Lagoa dos Borges, Lapinha, Porcos, Sarandi, Veredas, Lajedão dos Matheus, Lapinha, Canabrava, Garapa, Lagoa Verde, Queimada dos Beneditos
	<b>Barra do Mendes</b>	Abade, Antari, Canarina, Lagoa da Palha, Muribeca, Pedra Mole, Ponta, Rio Cormusi, Rio Novo, Salinas
	<b>Barro Alto</b>	Barreirinho, Malvinas, Segredo, Volta Grande
	<b>Canarana</b>	Brejinho, Lagoa do Zeca
	<b>Gentio do Ouro</b>	Barreiro Preto
	<b>Ibipeba</b>	Segredo
	<b>Ibititá</b>	Canoão, Barro Duro, Batata, Lagoa da Pedra, Pedra Lisa
	<b>Irecê</b>	Algodões, Lagoa Nova
	<b>Itaguaçu da Bahia</b>	Barreiros
	<b>João Dourado</b>	Descoberta dos Piracas, Feitosa, Sabino, Lagoa do Meio, Descoberta, Lagoa dos Lundus, Serrinha, Para Quedas, Riacho, Mata do Milho
	<b>Jussara</b>	Sítio Novo, Algodões
	<b>Lapão</b>	Babilônia, Lagoa dos Guadêncios, Lajedo dos Eurípedes, Salgada, Lagoa dos Negros, Lagedo do Pau D'Arco
	<b>São Gabriel</b>	Algodão dos Negros, Boqueirão do Carlos, Lagoinha, Rua da Brasília, Caroazal, Curralinho, Boa Hora
	<b>Presidente Dutra</b>	Coloudos Ramos
	<b>Uibaí</b>	Caldeirão, Lagoinha
	<b>Xique-Xique</b>	Barreiro dos Negros, Ilha Miradouro, Vicente

2 Velho Chico	<b>Barra</b>	Bandeira (Faz. Campo Grande), Brejo do Mutuca, Brejo do Saco, Curralinho, Juá (Faz. Campo Grande), Porto Alegre, Porto da Palha, Wanderley, Muribeca, Torrinha
	<b>Bom Jesus da Lapa</b>	Alagoinhas, Araçá, Bandeira, Batalhinha, Brasileira, Nova Volta, Campo Grande I, Campo Grande II, Cariacá (Fazenda Volta), Exu, Fazenda Batalha, Fazenda Jatobá, Fortaleza, Juá, Nova Batalhinha, Patos (Fazenda Volta), Pedras (Fazenda Volta), Lagoa dos Peixes, Retiro (Fazenda Volta), Piranhas, PEQ Pitombeira, PEQ Rio das Rãs, Rio das Rãs II, Santa Rita, São José, Barrinha, Bebedouro, Mumbuca e Sambambaia
	<b>Carinhanha</b>	Angico, Barra da Parateca, Barrinha, Canabrava, Feirinha/Marrequeiro, Garrido, Ramalho, Três Ilhas, Lagoa do Zeca, Estreito
	<b>Igaporã</b>	Brigela, Canabrava, Contendas, Gurunga, Sambaíba, Lagoa Grande, Lapinha, Santana, Guarenta, Santa Maria, Ibiruçu
	<b>Malhada</b>	PEQ Parateca, Parateca e Pau D'Arco, PEQ Rumo ao Rio, Tomé Nunes, Julião
	<b>Muquém de São Francisco</b>	Fazenda Jatobá, Fazenda Grande, Boa Vista do Pixaim
3 Chapada Diamantina	<b>Riacho de Santana</b>	Agreste, Agrestino, Duas Lagoas, Gatos Vespertina, Lagoa da Vitória, Mata do Sapé, Paus Pretos, Rio do Tanque, Sambaíba, Quilombo, Brejo de São José
	<b>Sítio do Mato</b>	PEQ Barro Vermelho, Mangal I, Magal II, Talismã
	<b>Abaíra</b>	Alto da Boa Vista, Assento
	<b>Andaraí</b>	Andaraí I, Igatu, Morrinhos, Fazenda Velha
	<b>Barra da Estiva</b>	Camulengo, Extrema, Moitinha,
	<b>Boninal</b>	Mulungu, Cutia, Conceição
	<b>Ibiquara</b>	Córrego Fundo, Lapão da Volta, Rio da Laje, Rio da Palha
	<b>Ibitiara</b>	Buracão, Caraíbas, Lapão da Volta, Chorados, Macaco de Baixo, Marcelino dos Pretos, Vargem Grande, Vila Nova, Cana Brava, Capão, Tiririca de Cima, Riachão
	<b>Itaeté</b>	Bananeiras, Macaco Seco
	<b>Lençóis</b>	Lençóis, Rio do Chapéu, Rio Santo Antônio, Remanso, Iuna, Lagoa
	<b>Morro do Chapéu</b>	Barra dos Negros, Velame, Vereda, Veredinha, Barra II, Gruta dos Brejões, Ouricuri II, Queimada Nova, Boa Vista
	<b>Mucugê</b>	Fazenda Mari, Barriguda
	<b>Piatã</b>	Cafundó, Palmeira, Machado
	<b>Rio de Contas</b>	Bananal, Barra, Riacho de Pedras
	<b>Seabra</b>	Baixão Velho, Capão das Gamelas, Agreste, Lagoa do Baixão, Mocambinho, Mocambo, Mocambo da Cachoeira e Cachoeira da Várzea, Morro Redondo, Olho D'água do Basílio, Serra do Queimadão, Vão das Palheiras, Vazante
	<b>Souto Soares</b>	Segredo dos Negros

<b>4</b> <b>Sisal</b>	<b>Birtinga</b>	Vila Nova
	<b>Itiúba</b>	Riacho das Pedrinhas
	<b>Nordestina</b>	Comunidade Negra Rural de Lagoa da Salina
	<b>Serrinha</b>	Fazenda Barreira
<b>5</b> <b>Litoral Sul</b>	<b>Buerarema</b>	Serra da Ronca
	<b>Itabuna</b>	Itamaracá
	<b>Itacaré</b>	Oitizeiro, Km 5, Fojo, Socó, Pinheiro, João Rodrigues, São Gonçalo, Amano Guido, Campo do Amaço, Água Vermelha, Porto do Oitizeiro, Santo Amaro, Serra de Água, Porto de Trás
	<b>Maraú</b>	Barro Vermelho, Empata Viagem, Piracanga, Torrinha, Boité, Terra Seca, Maraú, Minério, São Raimundo, Terra Verde, Quitungo
	<b>Una</b>	Pedra Una, Rio da Independência
<b>6</b> <b>Baixo Sul</b>	<b>Cairu</b>	Galeão, Serrinha, Vila Monte Alegre, Torrinhas, Cajazeiras, Prata, Rua do Fogo, Galeão, Batateira
	<b>Camamu</b>	Águas Vermelhas, Burudanga, Coduru, Garcia, Jaqueira, Par Camamu/Orojó, Pimenteira, Pinaré, Sorojó, Ponte Nova, Terra Seca, Acaraí, Barroso, Jetimana, Pedra Rasa, Porto do Campo, Pratigi, Ronco, Tapuia
	<b>Igrapiúna</b>	Dendê, Ilha das Flores, Martim, Mata do Sossego, Osmeira, Pedra Mole, Ponta, Rio de Carmucim, Rio Novo, Salina, Laranjeiras, Sapucaia
	<b>Ituberá</b>	Ingazeira, Lagoa Santa, São João de Santa Bárbara, Brejo Grande, Cágados
	<b>Nilo Peçanha</b>	Boitaraca, Jetimane, Marujada
	<b>Presidente Tancredo Neves</b>	Alto Alegre, Pau da Letra
	<b>Taperoá</b>	Graciosa, Lanmego, Miguel Chico
	<b>Valença</b>	Caroba, Macacos, Monte Ipiranga, Orobá, Pau que Ronca, Rio Jiquiriçá, Santana, Serra Grande, Tesoura, Novo Horizonte I, Sarapuí, Arueira, Buraco Azul, Jaqueira, Sapé Grande, Vila Velha do Jiquiriçá
<b>7</b> <b>Extremo Sul</b>	<b>Wenceslau Guimarães</b>	Barra da Lama, Cocão, Daramão, Nova Esperança, Palmeiras, Riacho Mucugê, Rio Preto, Wenceslândia, Jericó, Sarilândia
	<b>Alcobaça</b>	Alcobaça
	<b>Caravelas</b>	Jurena, Mutum, Naia, Volta Miúda
	<b>Ibirapuã</b>	Vila Juazeiro
	<b>Itanhém</b>	Mota
	<b>Itamarajú</b>	Helvécia
	<b>Nova Viçosa</b>	Cândido Mariano, Helvécia, Rio Sul, Mutum, Naiá, Volta Miúda
	<b>Teixeira de Freitas</b>	Arará

8 - Médio Sudoeste da Bahia	Itambé	Pedra
	Itororó	Rua da Palha
9 Vale do Jiquiriçá	Itaquara	Mangal, Novo Horizonte, Piabinha
	Milagres	Cariri, Gameleira, Lagoa Dois Irmãos, Laje da Pedra
10 Sertão do São Francisco	Casa Nova	Mocambo, Riacho Grande
	Curaçá	Rompeador, Vila Nova Jatobá
	Juazeiro	Alagadiço, Aldeia, Angico, Barrinha do Cambão, Barrinha da Conceição, Capim de Raiz, Curral Novo, Deus Dará, Junco, Pau Preto, Passagem, Rodeadouro, Salitre, Quipá
	Pilão Arcado	Alto do Silva, Boa Vista, Silva
	Remanso	Potes, Vila Aparecida, Negros
	Sento Sé	Andorinhas, Laje dos Negros, Negros
	Angical	Crioulos
11 Oeste Baiano	Barreiras	Barracão, Mucambo
	Formosa do Rio Preto	Beira do Rio Preto, Boqueirão, Matamba
	Riachão das Neves	Barra do Riacho, Pintor
	Wanderley	Riacho de Sacutiaba, Sacutiaba, Cachimbo
	Boquira	Buriti, São Bernardo
12 Bacia do Paramirim	Botuporã	Riacho dos Novatos
	Érico Cardoso	Cascalho, Morro do Fogo, Poço dos Dantas, Paramirim das Crioulas
	Macaúbas	Bomba, Calçadinho, Catulé
	Paramirim	Cafundó, Caraíbas, Covas da Mandioca, Salinas, Torta
	Tanque Novo	Gaspar, Pé do Morro, Baixada, Caldeirão
	Brumado	Covas das Mandiocas
13 Sertão Produtivo	Caetité	Sapé, Contendas, Lagoa do Mato, Vereda do Cais, Candonga, Riacho da Vaca, Vargem do Sol, Lagoa da Cabra, Cajazeira, Jacaré, Colônia, Cristina, Palmital, Poço Dantas, Malhada, Sítio de Juazeiro, Boa Esperança, Morros, Angico, Elefante, Fundo dos Morros, Juazeiro Pau-Ferro, Baixão (Santa Luzia), Lagoa dos Bois, Fazenda, Queimada, Lagoa do Fundo, Jatobazinho, Lagoa do Meio, Mercês, Olho D'Água, Pau Ferro, Sambaíba
	Contendas do Sincorá	São Gonçalo
	Guanambi	Curral das Vacas
	Ibiassucê	Santo Inácio
	Ituaçu	Baixa Funda, Canabrava, Pastinho
	Lagoa Real	São Roque, Lagoa da Rocha, Bebedouro, Vazante, Riachão

	<b>Livramento de Nossa Senhora</b>	Olho D'Água do Meio, Lagoinha e Poço, Poço, Cipoal, Jibóia, Lagoa do Leite, Jatobá, Rocinha-Itaguaçu, Várzea Grande de Quixabeira, Maracujá, Lagoa dos Couros, Pajeu
	<b>Palmas de Monte Alto</b>	Parateca e Pau D'Arco, Vargem Alta
	<b>Malhada de Pedras</b>	Anil, Azalve, Jenipapo, Saco de Boi, Pau d'Arco
	<b>Pindaí</b>	Antas, Boi, Cacos, São Domingos
	<b>Tanhaçu</b>	Tucum
<b>14</b> <b>Piemonte do Paraguaçu</b>	<b>Boa Vista do Tupim</b>	Barracão, Caixão, Caldeirão, Canabrava
	<b>Iaçu</b>	Caatinga Velha
	<b>Ibiquera</b>	Baixão, Barra da Casa dos Negros
	<b>Rui Barbosa</b>	Serra do Orobó
	<b>Santa Terezinha</b>	Campo Grande
<b>15</b> <b>Bacia do Jacuípe</b>	<b>Várzea da Roça</b>	Cruz das Almas, Fazenda Barbosa, Fazenda Chapada, Fazenda da Roça, Morrinhos
<b>16</b> <b>Piemonte da Diamantina</b>	<b>Caém</b>	Monteiro, Bom Jardim e Pau Seco
	<b>Jacobina</b>	Mocambo dos Negros, Saco, Cafelândia
	<b>Mirangaba</b>	Coqueiros, Jatobá, Palmeira, Santa Cruz, Solidade, Lagedo, Dionisia e Olhos D'Água
	<b>Saúde</b>	Gruta dos Paulos
	<b>Várzea Nova</b>	Mulungu
<b>17</b> <b>Semiárido Nordeste II</b>	<b>Cipó</b>	Caboge, Rua do Jorro, Várzea Grande
	<b>Jeremoabo</b>	Alarge, Algodões, Algodões dos Negros, Angico, Baixão da Tranqueira, Baixão da Viração, Casinhas, Olho D'Água, Olho D'água dos Negros, Vasos de Ouricuri, Viração
<b>18</b> <b>Litoral Norte e Agreste Baiano</b>	<b>Alagoinhas</b>	Buri, Catuzinho, Fazenda Cangula, Fazenda Oiteiro, Gaiola
	<b>Araçás</b>	Jurema, Pé de Serra, Gaioso
	<b>Aramari</b>	Olhos D' Água
	<b>Entre Rios</b>	Fazenda Porteiras, Gamba
	<b>Esplanada</b>	Timbó
	<b>Catu</b>	Cassarongongo
	<b>Mata de São João</b>	Taperá, Pau Grande, Barreiros
	<b>Rio Real</b>	Mocambo do Rio Azul
<b>19</b> <b>Portal do Sertão</b>	<b>Água Fria</b>	Paramim dos Crioulos, Morro do Fogo
	<b>Antônio Cardoso</b>	Paus Altos, Gavião
	<b>Feira de Santana</b>	Candeal, Lagoa do Negro, Lagoa Grande, Lagoa Salgada, Matinha, Roçado
	<b>Irará</b>	Crioulos, Mocambinho, Olaria, Tapera, Tapera Melão, Baixinha, Massaranduba, Olaria, Pedra Branca

20 Vitória da Conquista	Santanópolis	Mocambinho
	Santo Estêvão	Oleiros
	São Gonçalo dos Campos	Bete II
	Terra Nova	Cambotã, Malemba
	Anagé	Lagoa Torta dos Pretos, Mandacaru
	Condeúba	Areial, Tamburi
	Licínio de Almeida	São Domingos
	Piripá	Contendas, Guaribas, Laginha, Rancho de Casca
	Planalto	Cinzento, Lagoinha
	Poções	Logoa do João (Pimenteira e Vassoura)
21 Recôncavo	Ribeirão do Largo	Thiagos
	Tremedal	Quenta do Sol
	Vitória da Conquista	Boqueirão, Fazenda Velame, Quatis dos Fernandes, Quatis dos Fumaça, Furado da Roseira, Lagoa dos Melquiades, Furadinho, São Joaquim do Capinal, Barrocas, Casa de Telha, Baixa Seca, Sossego de Manoel, Vaqueiro, Velame, São Joaquim, Cartalote
	Cachoeira	Cambole, Calembá, Cambongo Velho, Caonge, Calolé, Dendê, Desterro, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Imbiará, Tombo, São Francisco do Paraguaçu, Santiago do Iguape, Brejo do Engenho da Gauíba, Engenho da Cruz
	Cruz das Almas	Baixa da Linha
22 - Médio Rio de Contas	Maragogipe	Pinho, Giral Grande, Gerém, Porto da Pedra, Salaminas, Tabatinga, Enseada do Paraguaçu, Sítio Dendê, Zumbi, Guarucú, Quizanga, Buri
	São Félix	Oiteiro Redondo, Quilombo
	Santo Antônio de Jesus	Alto do Morro, São Roque dos Macacos, Terra Seca
	Santo Amaro	Barro Vermelho, Caeira, Subaé, São Braz, Alto do Cruzeiro-Acupe, Cambuta
	São Francisco do Conde	Monte Recôncavo
23 - Baía do Rio Corrente	São Sebastião do Passé	Fazenda Nossa Senhora do Espírito Santo, Palmeira da Água Boa
	Jequié	Barro Preto
	Nova Ibiá	Canarisco
24 Itaparica	Santa Maria da Vitória	Cafundó, Cafundó dos Crioulos, Currais, Monte Vidinha, Porco Branco, Água Quente
	Abaré	Eldorado e Adjacências, Fazenda Taratás
25 Ilhéus	Macururé	Fazenda Maria
	Ilhéus	Ilhéus

<b>25</b> <b>Piemonte Norte</b> <b>do Itapicuru</b>	<b>Antônio Gonçalves</b>	Tijuaçu, Bananeiras dos Negros, Jibóia, Conceição, Macaco de Cima
	<b>Caldeirão Grande</b>	Boa Vista do Tupim
	<b>Campo Formoso</b>	Laje dos Negros, Mocambinho, Alagadiço de Laje dos Negros, Casa Nova dos Amaros, Casa Nova dos Ferreiras, Casa Nova dos Marinos, Lagoa Branca, Laje de Cima II, Patos II, Barrocas, Bebedouro, Buraco, Paquí, Patos I, Patos III, Pedra, Poço da Pedra, Sangradouro I, Sangradouro II, São Tomé, Saquinho
	<b>Filadélfia</b>	Cajá, Gavião, Papagaio, Riacho das Pedrinhas, Tijuaçu, Barreiras, Macaco de Baixo, Cana-Fista, Cabeça da Vaca I, Aguadas, Várzea da Serra
	<b>Pindobaçu</b>	Fumaça, Bananeiras de Santa Efigênia, Laginha e Adjacências
	<b>Ponto Novo</b>	Represa
	<b>Senhor do Bonfim</b>	Alto Bonito, Bananeira dos Pretos, Barreiras, Conceição, Laje, Mamoeiro, Laginha, Macaco, Olaria, Quebra Facão, Queimada Nova, Tijuaçu, Queimada Grande, Cariacá, Água Branca, Capim, Umburana, Alto da Maravilha, Anacleto
<b>26</b> <b>Metropolitana</b> <b>de Salvador</b>	<b>Camaçari</b>	Cordoaria
	<b>Candeias</b>	Mapele
	<b>Salvador</b>	Alto Da Sereia, Calabar, Candeal, Curuzu, Praia Grande, Bananeiras (Ilha De Maré), Martelo (Ilha De Maré), Ponta Grossa, Porto dos Cavalos, Alto do Tororó
	Simões Filho	Pitanga dos Palmares, Dandá

Fonte: UFBA/IGEO, 2005; PALMARES, 2012.

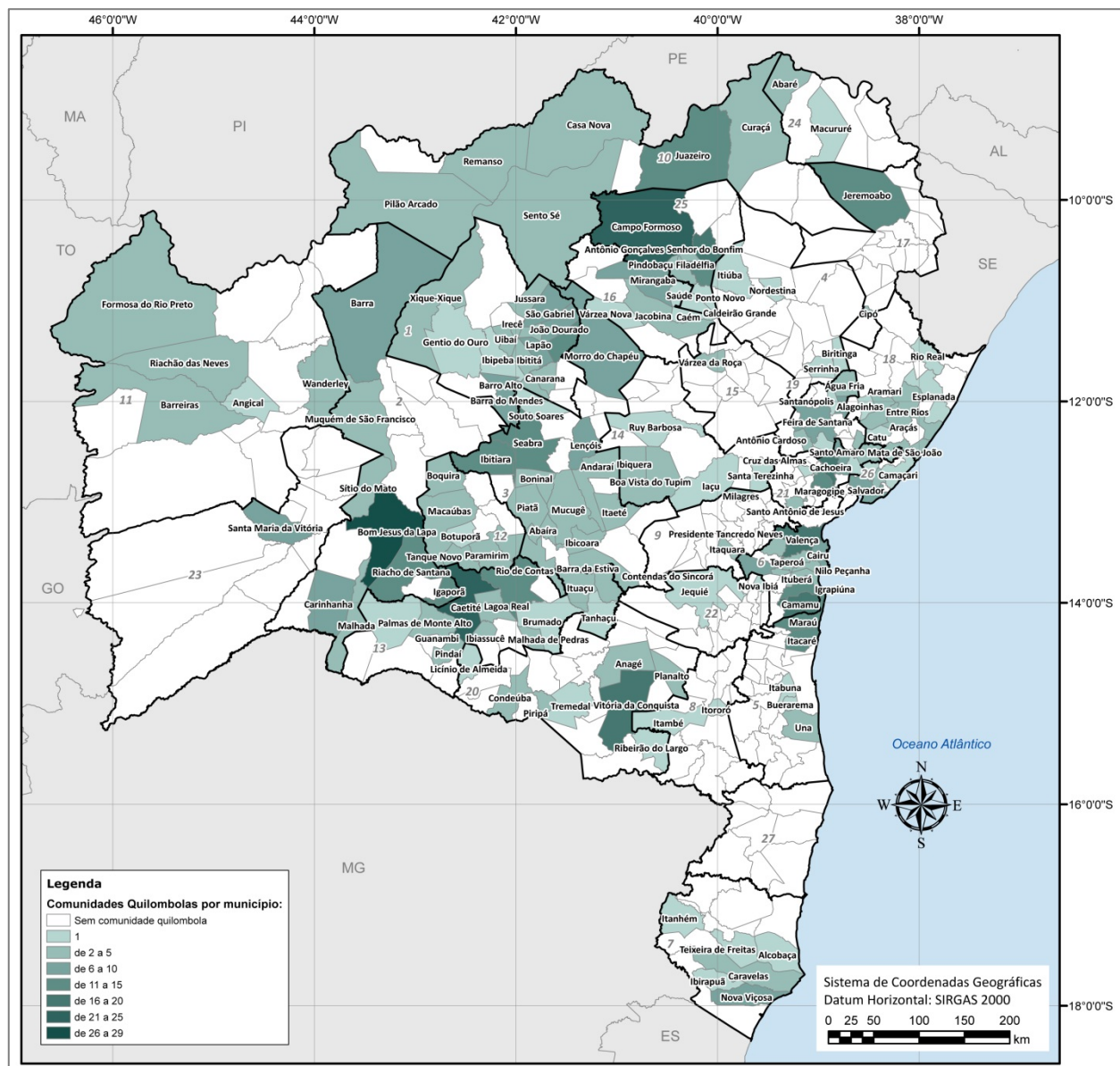


Figura 3 - Mapa: municípios onde há presença de Comunidades Quilombolas.

Fonte: UFBA/IGEO, 2005; PALMARES, 2012. Elaboração: GTA, 2012.



### 3.8.3 Outras Comunidades Tradicionais

As populações tradicionais foram regulamentadas sob o Decreto Federal nº 6040, que instituiu, em 7 de fevereiro de 2007, a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Houve uma expansão dos direitos legais dessas populações, já que a Constituição de 1988 havia apenas assegurado direitos especiais para as populações indígenas e quilombolas. Portanto, a partir de então, o Estado da Bahia, em 30 de agosto de 2011, cria a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais – **CESPCT**, por meio do Decreto 13.247, no qual se definiu o que se entenderia por populações tradicionais e quais estariam presentes no estado. Levando-se em consideração as especificidades culturais e sociais, o estado deveria construir, segundo o decreto, de forma compartilhada, todas as etapas de planos e políticas públicas, priorizando o diálogo e práticas solidárias coletivas.

Foram identificadas as populações indígenas e quilombolas, já destacadas anteriormente, e também as comunidades de povos Ciganos, as comunidades de terreiro de matriz africana, as comunidades de fundo e fecho de pasto, as comunidades extrativistas, as comunidades pesqueiras e m arisqueiras e as comunidades de geraizeiros.

Todas elas possuem características peculiares no âmbito social, cultural e religioso, o que confere significativas diferenças de outras populações não tradicionais. Embora tenham tido garantido por lei o direito ao patrimônio cultural e social, integram a população do estado brasileiro, da Bahia e também apresentam carências de serviços públicos, entretanto esses devem acompanhar suas características socioculturais para poder de fato atendê-los.

#### **Comunidades de Fundo de Pasto e Fecho de Pasto**

As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto são formações socioeconômicas que configuram um modelo diferenciado de posse e uso da terra no semiárido baiano, cuja expressão social vai além da sua participação como força produtiva. As propriedades coletivas são ocupadas, em geral, por uma comunidade de origem familiar comum

que realiza como atividade predominante, o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e a agricultura de subsistência (SEAGRI, 2009).

Espacialmente, as propriedades comunitárias são abertas, sem cercas de identificação da posse ou dos limites gerais. Estas comunidades tradicionais obtiveram o reconhecimento na Constituição do Estado da Bahia em 1988. A organização destas comunidades varia conforme as mudanças climáticas ou em função das características do grupo social.

As Comunidades de Fecho de Pasto, diferentemente das de Fundo de Pasto, localizam-se em regiões mais úmidas, com vegetação nativa mais densa e com marcante presença de água. A utilização das terras comuns se dá no período de estiagem, quando levam os animais para as áreas denominadas de “refrigérios”. Nestas Comunidades a criação de animais está associada a de bovinos, dividindo-se sua importância com a agricultura, sendo muitas atividades desenvolvidas de forma coletiva.

Da mesma forma que as Comunidades Quilombolas, as de Fundo e Fecho de Pasto enfrentam dificuldades com relação ao processo de identificação, reconhecimento e legalização das suas terras. Processo que se arrasta, pois não obstante estas formas comuns de acesso à terra ocorrerem em terras devolutas, surgem, frequentemente, supostos donos com a intenção de tomar posse da terra, potencializando-os em áreas de conflitos. Conflitos que aumentam à medida que ocorre a valorização produtiva dessas terras.

A resistência na terra nessa modalidade de assentamento, e o processo de seu reconhecimento pelo Estado, passa pela sua organização formal em Associações, ação que vem crescendo na última década já que muitas comunidades vêm entendendo a importância de se organizar formalmente.

O Estado da Bahia possui hoje 413 áreas de Fundo de Pastos, que envolvem um total de 16.438 famílias. Destas áreas, 125 estão reconhecidas pelo **INCRA** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e 96 já estão tituladas (SEAGRI, 2009). Ocorrem quase que em sua totalidade ao norte do Estado, em municípios do semiárido da região do Rio São Francisco.

Quadro 3 - Áreas de fundo de pasto identificadas por município e território de identidade.

Território	Município	Nº de Áreas	Nº de Famílias
Chapada Da Diamantina	Seabra	1	12
Oeste Baiano	Buritirama	7	144
Piemonte Da Diamantina	Mirangaba	3	79
	Umburanas	3	58
Piemonte Norte Do Itapicuru	Andorinha	22	600
	Antônio Gonçalves	5	182
	Campo Formoso	25	638
	Jaguarari	28	595
	Pindobaçu	4	105
Sertão Do São Francisco	Canudos	24	439
	Casa Nova	24	647
	Campo Alegre de Lourdes	8	238
	Curaçá	47	1.297
	Juazeiro	32	541
	Pilão Arcado	32	828
	Remanso	10	332
	Sento Sé	4	114
	Sobradinho	19	278
	Uauá	105	1917
Sertão Do Velho Chico	Barra	1	10
	Brotas de Macaúbas	5	136
	Oliveira dos Brejinhos	16	650
Sisal	Euclides da Cunha	1	20
	Itiúba	7	184
	Monte Santo	54	1.531
<b>Total (7 TI)</b>	<b>25 Municípios</b>	<b>487</b>	<b>11.575</b>

Fonte: CDA/SEAGRI - Coordenação de Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária

## Comunidades de Pesqueiras

Quadro 4 – Comunidades pesqueiras por município e território de identidade.

Territórios de Identidade	Município	Comunidade
Litoral Sul	Una	Distrito de Pedras
Baixo Sul	Jaguaripe	Pirajuia
Região Metropolitana	Vera Cruz	Baiacu
São Francisco	Pilão Arcado	Pedreira, Passagem
	Remanso	Sede
	Casa Nova	Riacho Grande, Umbuzeiro, Sede
	Sento Sé	Aldeia, Itapera, Andorinha
	Juazeiro	Itamotinga, Maniçoba
Recôncavo	Maragogipe	Guaruçu, São Francisco do Paraguaçu
	Santo Amaro	-
Região Metropolitana	Salvador	Ilha de Maré
	Salinas	-
Litoral Norte	Jandaíra	Abadia
Extremo Sul	Corumbau	Resex
	Santa Cruz Cabralia	-
	Malhada	Parateca/ Pau D'Arco

Fonte: CDA/SEAGRI - Coordenação de Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Irrigação

### 3.9 Parâmetros para o Diagnóstico Socioeconômico

No processo de elaboração do diagnóstico, o desafio colocado é o de se produzir indicadores que reflitam a realidade respeitando a heterogeneidade dos espaços analisados, locais em que a pobreza e a desigualdade se manifestam, pois, a partir de dados elencados anteriormente, as dimensões clássicas de desigualdade sobrepõem-se aos graves desequilíbrios entre os espaços territoriais das macrorregiões do país e interior de subespaços. Quanto maior o número de carências associadas, mais profundo é o processo de exclusão social.

Nas sociedades mais pobres e/ou desiguais, a exclusão social talvez possa ser mais facilmente observada, sobretudo na relação entre os bem alimentados e os famintos.

Porém, à medida que as sociedades vão incorporando novas realidades, como a urbanização, nascem necessidades adicionais de vida digna, além do critério de subsistência.

### 3.9.1 Índice de Exclusão Social

Em maio de 2003, foi publicado o Atlas da Exclusão Social do Brasil (AMORIM; POCHMANN, 2003; CAMPOS et al. 2003), objetivando contribuir para a apresentação geográfica nacional da exclusão social no Brasil. Para isso, foi reunido um conjunto significativo de indicadores sociais e econômicos capazes de demonstrar e elucidar a complexa exclusão social. A opção pela utilização do Índice de Exclusão Social (IES) deve-se ao fato deste índice permitir comparações nacionais, uma vez que foi calculado para todos os municípios brasileiros, e para se estabelecer um marco inicial, a partir do qual, poderão ser realizadas análises comparativas quando os dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, estiverem disponíveis.

Para compor o IES são utilizados três componentes:

- Padrão de vida digno, com a preocupação de medir as possibilidades de bem-estar material da população dos municípios. Foram utilizados como indicadores: porcentagem de “chefes de famílias pobres”, “quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa” e uma *proxi* do “índice de desigualdade de renda”, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de famílias que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número daqueles que ganham abaixo disto.
- Conhecimento, por meio dos indicadores “anos de estudo do chefe de família” e “alfabetização acima dos cinco anos de idade”.
- Risco juvenil, composto pelos indicadores “participação de jovens de 0 a 19 anos na população” e “taxa de homicídios por 100 mil habitantes”, busca captar a realidade caótica em que vivem os jovens mais carentes do país.

No *ranking* de exclusão nacional, os municípios das Regiões Norte e Nordeste apresentam os piores resultados em praticamente todos os indicadores. Na região Nordeste, há uniformidade, com a maior parte dos territórios dos estados, em situação de exclusão e em áreas que ilustram situação social intermediária,

geralmente próximas à costa, junto às capitais e em pontos isolados no interior. Apenas o indicador que mede violência apresenta comportamento diferenciado, demonstrando outra lógica social e territorial que não obedece aos mesmos princípios de produção e reprodução das demais formas de exclusão.

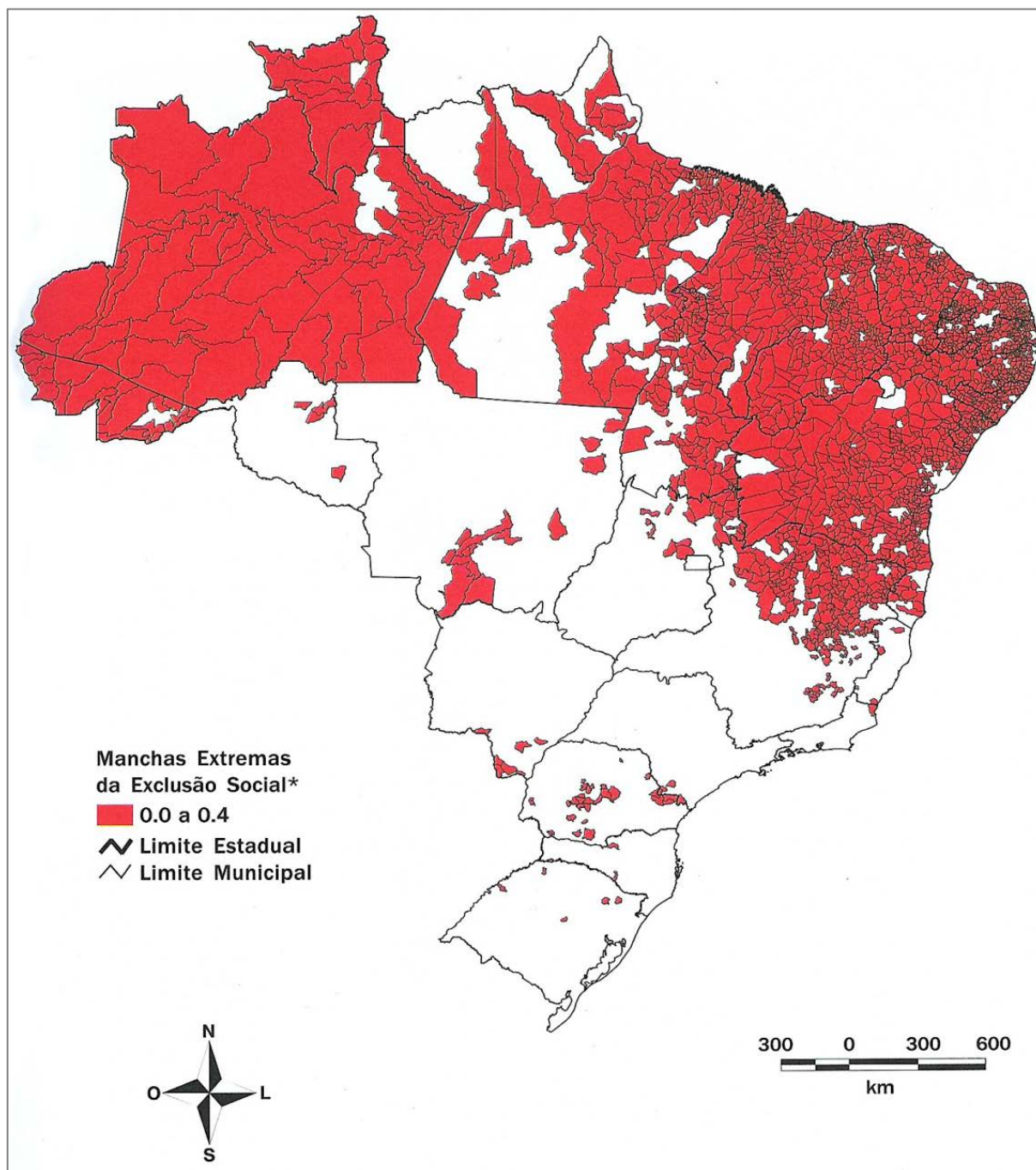
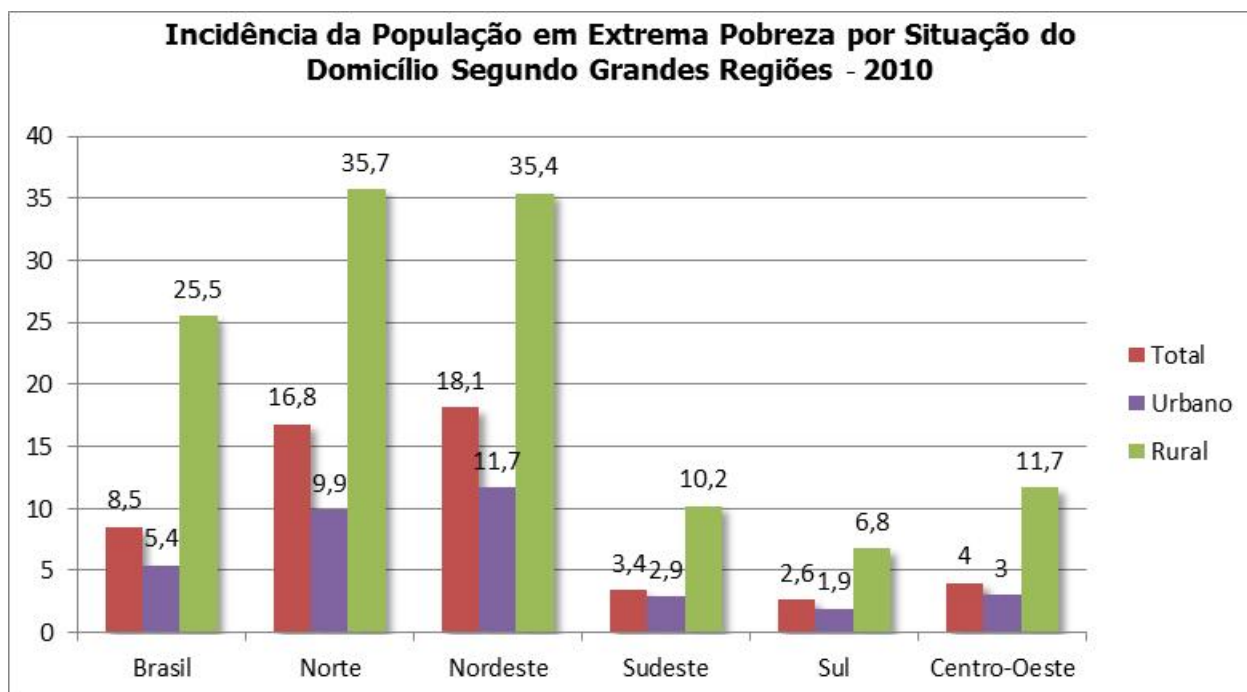


Figura 4 - Mapa: manchas extremas da exclusão social no Brasil.

Fonte: AMORIM; POCHMANN, 2003

Gráfico 1 - Incidência da população em extrema pobreza no Brasil e nas grandes regiões, segundo situação do domicílio, em 2010.



Fonte: IBGE, 2011c.

### 3.9.2 Índices Estaduais Elaborados pela SEI-BA

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, publica, desde 1994, índices que representam indicadores econômicos e sociais dos municípios baianos, envolvendo, para isto, uma série de variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura, cujo agrupamento, de acordo com as suas naturezas, gera os índices apresentados a seguir.

#### Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE

O Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) é definido como resultante dos níveis de infraestrutura e qualificação da mão-de-obra existente e da renda gerada localmente. Assim, na construção do IDE estão incluídos os seguintes sub-índices:

- INF - Índice de Infraestrutura

Considera um conjunto de informações quantitativas sobre a infraestrutura do município em termos de terminais telefônicos em serviço, consumo de energia elétrica e quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços.

- IQM - Índice de Qualificação da Mão-de-obra

Considera o nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal, por município, utilizando o cadastro do RAISMTE (Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego). Foi constituído pelos coeficientes:

- Trabalhadores em cada nível de escolaridade em relação ao total de trabalhadores, por município;
- Trabalhadores em relação à população total do município.

- IPM - Índice do Produto Municipal

A variável utilizada para obtenção do IPM é a estimativa da renda ou produto municipal, calculada através do rateio do PIB (Produto Interno Bruto) estadual aos municípios.

Para isso, aplica-se uma estrutura de ponderação obtida através de variáveis próprias de cada setor econômico, por município, como se segue:

- Setor Agropecuário:
  - Valor bruto da produção agrícola, da silvicultura e extrativa vegetal, da pesca, leite e mel;
  - Efetivos dos rebanhos; avicultura e pesca.
- Setor Industrial:
  - Consumo total de energia elétrica;
  - Consumo industrial de energia elétrica;
  - Número de trabalhadores formais na construção civil;
  - Economias faturadas de água tratada.
- Setor de Comércio e Serviços:
  - Consumo comercial de energia elétrica;
  - Consumidores de energia elétrica residenciais e do poder público;



- Número de veículos cadastrados;
- Número de terminais telefônicos em serviço;
- Número de trabalhadores formais nos serviços.
- Setor Financeiro:
  - Valor agregado de todos os outros setores econômicos.
  - Considera o nível aproximado de geração de renda do município em todos os setores da atividade econômica.

### **Índice de Desenvolvimento Social - IDS**

O conceito de Desenvolvimento Social adotado está fundamentado no pressuposto de que a população dos municípios está sendo atendida por serviços de educação e saúde, ao tempo em que tem acesso aos serviços de água tratada e energia elétrica.

Encerra também a ideia de que os chefes de família recebem, de algum modo, uma remuneração mensal.

Para exprimir este conceito, o IDS é construído através dos seguintes índices:

- **INS - Índice do Nível de Saúde**

Construído a partir das variáveis de doenças de notificação obrigatória e de óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos (este último entendido como indicativo de deficiência do atendimento médico), o INS pressupõe que, se a população estiver bem assistida na área de saúde e saneamento, os níveis de ocorrência das doenças redutíveis por imunização e saneamento básico tendem a ser mais baixos. Na indisponibilidade de medidas de qualidade dos serviços de saúde para os municípios baianos, procura-se aferir o nível de atendimento à população agregando indicadores referentes à oferta de serviços como número de profissionais de saúde, estabelecimentos de saúde, vacinações e leitos.

- **INE - Índice do Nível de Educação**

O nível de educação é expresso através de medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação, na forma de matrículas do ensino básico regular ao superior.

- ISB - Índice dos Serviços Básicos

O ISB é expresso através das variáveis: consumo de água tratada e de energia elétrica residencial, considerados serviços essenciais.

- IRMCH - Índice da Renda Média dos Chefes de Família

Este índice expressa o rendimento médio dos chefes de família, supondo toda unidade familiar com um chefe auferindo rendimento mensal. Para esse índice não existem dados atualizados para os municípios.

### **3.10 Carência Habitacional**

#### **3.10.1 Aspectos Conceituais Básicos**

A partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP/CEI, 2005) trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias.

Como déficit habitacional, entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.

Por outro lado, o conceito de inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas do mesmo. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios existentes.

Com a preocupação de identificar as carências, principalmente da população de baixa renda, os números do déficit e da inadequação dos domicílios são explicitados para diversas faixas de renda familiar, tendo como foco principal famílias com até três salários mínimos de renda, limite superior para o ingresso em grande número de programas habitacionais de caráter assistencial.

### 3.10.2 Déficit Habitacional

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física, e que devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como “déficit por reposição do estoque” e “déficit por incremento de estoque”.

- Déficit por reposição do estoque:

O déficit por reposição do estoque refere-se aos domicílios rústicos, aos quais deveria ser acrescida parcela devida à depreciação dos domicílios. Tradicionalmente, utilizando o conceito do IBGE, os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade, esses tipos de edificação proporcionam desconforto e trazem risco de contaminação por doenças aos seus moradores.

- Déficit por incremento de estoque:

Nesta pesquisa, o déficit por incremento de estoque contempla os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar e dois tipos de domicílios alugados: os fortemente adensados e aqueles em que famílias pobres (renda familiar até três salários mínimos) pagam 30% ou mais da sua renda familiar para o locador.

O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, sob de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros), o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares.

Tradicionalmente, a coabitação familiar compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família no mesmo domicílio e das que vivem em cômodos – exceto os cedidos pelo empregador. Nessa nova fase, a principal proposta de ajuste do modelo refere-se à fórmula de apreensão desse componente.

Com a introdução de perguntas específicas no PNAD 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) (IBGE, 2007b), foi possível diferenciar, dentre as famílias conviventes, aquelas que pretendiam constituir domicílio próprio da coabitação consentida.

Na versão atual do Déficit Habitacional no Brasil (FJP/SEI, 2008), outro ajuste metodológico proposto se refere ao adensamento excessivo de moradores, até então considerado apenas inadequação de domicílios. Passou-se a considerar déficit habitacional um percentual dos domicílios urbanos com número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório: os apartamentos e as casas alugadas.

### **3.10.3 Inadequação de Domicílios**

As habitações inadequadas não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, na necessidade de construção de novas unidades.

Pelo conceito adotado, são passíveis de serem identificadas somente as habitações inadequadas localizadas em áreas urbanas. Não são contempladas as áreas rurais, pois apresentam formas diferenciadas de adequação não captadas pelos dados utilizados. Tomou-se o cuidado de excluir do estoque a ser analisado os domicílios inseridos em alguma das categorias do déficit habitacional. Ao contrário dele, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos e os resultados não podem ser somados, sob risco de haver múltipla contagem (a mesma moradia pode ser simultaneamente inadequada segundo vários critérios).

Como inadequados são classificados os domicílios com carência de infraestrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação.

São considerados domicílios carentes de infraestrutura todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

O adensamento excessivo passa a considerar apenas os domicílios (casas e apartamentos) próprios. Os alugados são incorporados aos cálculos do déficit habitacional. Caracteriza situação em que o número médio de moradores no domicílio é superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles assim utilizados, em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade. Para o cálculo do indicador, foram considerados somente os membros da família principal, uma vez que as famílias secundárias foram incorporadas ao déficit habitacional.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R.. *Ruralidade e desenvolvimento territorial*. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p. A-3, 15 abr. 2001.

ABRAMOVAY, R. (coord.); SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. S. de; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T.. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária); Brasília: NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

ABRAMOVAY, R.. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p. (Coleção Estudos Rurais).

AGOSTINHO, P. / SILVA, P. M. A.. *Prefácio, Apresentação*. In: AGOSTINHO, P. (org.). **O Índio na Bahia**. Revista Cultural. Salvador: Fundação do Estado da Bahia, 1988.

AGOSTINHO, P. (org.). *El Programa de Pesquisas sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro – PINEB*. In: GRÜNBERG, G. (coord.), **Articulación de la Diversidad**. Pluralidad Étnica, Autonomías y Democratización en América Latina. Cayambe: Abya-Yala. p. 197-226, 1995.

AMORIM, I.; GERMANI, G. I.. *Quilombos na Bahia: presença incontestável*. Encontro de Geógrafos da América Latina, 10. São Paulo, 20-26 de março de 2005. **Anais...** São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2005. Publicação em CD-ROM.

AMORIM, R.; POCHMANN, M. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. v.1.

ANAÍ – Associação Nacional de Ação Indigenista. **Povos Indígenas – estado da Bahia**. 2011. Disponível em: <[http://www.anai.org.br/povos\\_ba.asp#QUADRO](http://www.anai.org.br/povos_ba.asp#QUADRO)>.

BAHIA. Resolução CEDETER nº 05, de 19 de maio de 2011. Aprova o Parecer nº 01 de 01 de abril de 2011, que dispõe sobre os pleitos de reconfiguração territorial para o Plano Plurianual 2012-2015. Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, Secretaria do Planejamento. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, ano 95, n. 20.566, 25 mai. 2011. Seção 1, p. 22-24.

BARROS, J. R. M. de. *A experiência Regional de Planejamento*. In: LAFER, B. M. (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987. 187 p. (Coleção Espaço e Debates, v. 21). p. 111-137.

BARTH, F.. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J.. **Teoria da Etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 187-227.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, 1º livro dos Actos Legislativos, p. 57, 20 set. 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília: Senado, 1988.

CANDIDO, A.. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, M. / CUNHA, M. M. L. C. da. **Os Direitos do Índio**: Ensaio e Documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. v.1, 206 p.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H.. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001. v. 1, 173 p.

CORRÊA, R. L.. *Identificação dos centros de gestão do território no Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995.

CORREIA, E. B.. **Territórios Rurais Como Unidade de Planejamento das Políticas Públicas**. Set. 2005. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/semfaz/territoriosrurais.htm>

DIEGUES, A. C.. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R. S. V.. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAB-USP, PROBIO - MMA, CNPq, 2000.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI – CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional no Brasil 2000**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2005. 111 p.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CEI – CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2008. 129 p. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Projeto PNUD-BRA-00/019 Habitar Brasil – BIRD.

GALVÃO, E.. *Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900/1959*. In: GALVÃO, E., **Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 193-228.

GEIGER, P. P.. *Refletindo sobre a regionalização no Brasil e a hipótese da cidade / região global: um ensaio*. In: **Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, ANPUR, v. 3, p. 1745-1762, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011c. **Censo Demográfico 2010: Resultados Preliminares do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/index.php>>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007b. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007**. Rio de Janeiro, 2007, v. 28, 129 p. Volume Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/brasilpnad2007.pdf>>.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008b. **Regiões de Influência de Cidades – 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>.

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária. **Aeroporto Internacional de Salvador: Movimento Operacional**. Brasília: INFRAERO, 2011. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/bahia/aeroporto-internacional-de-salvador/movimento-operacional.html>>.

LEITE, B. I.. Os quilombolas no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV (2), p. 333-354, 2000.

LOPES, H. T.; SIQUEIRA, J. J.; NASCIMENTO, B.. **Negro e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987. 136 p. v. 2 (Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira).

LOUREIRO, C. F. B. (org). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: CRA - Centro de Recursos Ambientais, 2003. 168 p. v. 1 (Construindo os Recursos do Amanhã).

MORIN, E. **Cultura de Massa no Século XX**. Espírito do Tempo 1: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 9.ed., 2005.

MOURA, C.. 1981a. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 100 p. v. 12 (Tudo é História).

MOURA. C.. 1981b. **Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 3. ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. 282 p.

MUNANGA, K.. *Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil*. In: QUINTAS, F. (org.). O Negro: Identidade e Cidadania, **Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro**, Recife, abril de 1994. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1995. v. 2, p. 66-75.

NOVAES, W. (Coord.); RIBAS, O.; NOVAES, P. da C.. **Agenda 21 Brasileira**, base para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

OCDE – Organization for Economic Cooperation and Development. **Territorial Indicators of Employment; Focusing on Rural Development**. Paris: OCDE, 1996.

OLIVEIRA, J. P.. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial. Territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065>

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972**. 1972. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Our Common Future (“Relatório Brundtland”)**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL. **Comunidades Quilombolas**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=88&estado=BA](http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA).

PHILIPPI JR., A.; MALHEIROS, T. F.; SALLES, C. P.; SILVEIRA, V. F.. **Gestão ambiental municipal: subsídios para estruturação de sistema municipal de meio ambiente**. v.4. Salvador: CRA - Centro de Recursos Ambientais, 2004.

RIBEIRO, D.. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970. 560 p.

RIBEIRO, D.. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 440 p.

ROCHA, A. dos S.; SCHEFFLER, M. de L. M.; COUTO, V. de A.. *Organização Social e Desenvolvimento Territorial: reflexos sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê – BA*. In: SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Análise Territorial da Bahia Rural**. Salvador: SEI, 2004. 222 p. (Série Estudos e Pesquisas, 71).

SANTOS, J. B.. **Etnicidade e memória quilombola em Irará- Bahia**. 222 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual da Bahia. Salvador: UEBA, 2008.

SANTOS, M.. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 128 p.

SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária. **Seagri discute proposta de apoio às comunidades tradicionais de fundo de pasto**. Imprensa Seagri, 12 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?prt=true&qact=view&notid=18796>>.

SILVA, J. F. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP. IE - Instituto de Economia, 2.ed, 2002.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. IGEO – Instituto de Geociências. **Projeto GeografAR: A Geografia dos Assentamentos na Área Rural**. Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/biblioteca.html#acervo>>.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. 304 p.

### 3.11 Bibliografia Consultada

ESTERCI, N.. **População Tradicional**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p.178-182.

GEERTZ, C.. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LEITE, D.. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2. ed, 1969.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J.. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

## Equipe Técnica

### Equipe Técnica Gerencial

Nome	Cargo/Função	Serviço
Neide de Souza Ferreira	Arquiteta e Urbanista Coordenadora de Projeto	Coordenação. Projetos urbanísticos e habitacionais de interesse social em diagnósticos em habitação
Adelmo Bassi Junior	Arquiteto e Urbanista	Estudos urbanísticos, educação ambiental relações institucionais, avaliação ambiental
Ada Maria G. Prates Junqueira	Socióloga	Trabalhos de planejamento estratégico e desenvolvimento Institucional
Rodrigo Juncal Rossler	Advogado	Participação, organização e Mobilização comunitária, regularização fundiária
Geraldo Juncal Júnior	Consultor	Consultor em elaboração de plano habitacional e regularização fundiária
Carlos Eduardo Chaguri	Consultor	Caracterização e propostas de sistemas de infraestrutura

### Equipe Técnica Auxiliar

Nome	Cargo	Serviço
Ana Carolina Loubach Lopes	Arquiteta e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Ana Paula Martins Arrais	Arquiteta e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Bárbara Maria Giacom Ribeiro	Arquiteta e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos Desenvolvimento de projetos em ambientes GIS
Daniel Sala	Arquiteto e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Ícaro Vilaça Nunes M. Cerqueira	Arquiteto e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Luana Ruas Amorim Hatzidakis	Arquiteta e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Meire Sayuri Oshiro Tamashiro	Arquiteta e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Salima Elias Kell	Arquiteta e Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Glória Cecília Dos S. Figueiredo	Urbanista	Projetos e Serviços Técnicos
Ana Amélia Nascimento Lima	Tecnóloga	Projetos e Serviços Técnicos
Fátima Nicolai	Geoprocessamento	Desenvolvimento de projetos em ambientes GIS

Ana Maria Acuña Rivera	Estagiário de Arquitetura	Projetos e Serviços Técnicos
Jamile Santana Lima	Estagiária de Arquitetura	Projetos e Serviços Técnicos
Luiza Lima Kalid	Estagiária de Arquitetura	Projetos e Serviços Técnicos
Diego Mauro Muniz Ribeiro	Estagiário de Arquitetura	Projetos e Serviços Técnicos
Priscila Junia R. de O. Francisco	Estagiária de Tecnologia em Hidráulica e Saneamento Ambiental	Projetos e Serviços Técnicos
Marcos Paulo Damasceno	Biólogo	Projetos e Serviços Técnicos
Mariana Gravina P. Junqueira	Antropóloga	Projetos e Serviços Técnicos
Rita de Souza Rodrigues	Assistente Administrativo	Serviços administrativos
Wagner de Souza Ferreira	Assistente Administrativo	Serviços administrativos





